

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOÃO VITOR MIRANDA DE SOUZA DA SILVA

**AS RELAÇÕES DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA COM A ÁSIA CENTRAL: A
PROJEÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA A PARTIR DO VIÉS IDENTITÁRIO**

Porto Alegre

2019

JOÃO VITOR MIRANDA DE SOUZA DA SILVA

**AS RELAÇÕES DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA COM A ÁSIA CENTRAL: A
PROJEÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA A PARTIR DO VIÉS IDENTITÁRIO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Regina Feraboli

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

da Silva, João Vitor

As relações do Irã e da Arábia Saudita com a Ásia Central: a projeção de política externa a partir do viés identitário / João Vitor da Silva. -- 2019.

75 f.

Orientador: Silvia Ferabolli.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Irã. 2. Ásia Central. 3. Arábia Saudita. 4.
Política Externa. 5. Identidades. I. Ferabolli,
Silvia, orient. II. Título.

JOÃO VITOR MIRANDA DE SOUZA DA SILVA

**AS RELAÇÕES DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA COM A ÁSIA CENTRAL: A
PROJEÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA A PARTIR DO VIÉS IDENTITÁRIO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Sílvia Regina Feraboli – Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

UFRGS

Profa. Luiza Peruffo

UFRGS

A minha família

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais, por todo o incentivo que me deram para entrar na UFRGS. Também gostaria de agradecer as minhas irmãs pelo apoio de sempre, não seria nada sem elas.

Aos grandes amigos que fiz dentro da Universidade, tenham certeza de que vocês foram fundamentais para que eu conseguisse superar o nervosismo que muitas vezes me acompanhou dentro do campus. Em especial aos meus amigos Matheus, Julian e Fernando, que muito me auxiliaram durante toda a graduação e me presentearam com ótimas amizades.

Agradecimento ao Estado brasileiro, por proporcionar o estudo em uma universidade gratuita e de qualidade, prometo retribuir todo o investimento que foi feito em mim.

Agradeço muito a todos os funcionários e funcionárias da Faculdade de Ciências Econômicas, independentemente de suas ocupações. Cada um tem a sua devida importância para o funcionamento do prédio e das atividades, portanto, sou muito grato pelo ótimo trabalho de vocês ao longo desses anos.

E por último quero agradecer a professora Silvia Feraboli, pela atenção, pela orientação, pelo encorajamento aos estudos, pelas brilhantes aulas que presenciei e pela tranquilidade que me passou durante o período de escrita dessa monografia.

“Iran and Tajikistan are one spirit in two bodies”

Mahmoud Ahmadinejad (2006)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como Irã e Arábia Saudita projetam suas políticas externas para a Ásia Central através do viés identitário. Ambos os países apresentam características históricas e culturais em comum com os países centro-asiáticos e mobilizam discursos identitários para atingir os seus objetivos na região. Partindo de uma perspectiva construtivista e analisando a mobilização iraniana e saudita de discursos e narrativas, a pesquisa argumenta que o Irã mobiliza o discurso persa para se projetar na Ásia Central, enquanto a Arábia Saudita utiliza a narrativa wahabita para o mesmo fim. Percebe-se que o Irã possui mais facilidade em mobilizar sua identidade persa, uma vez que o secularismo dos governos da Ásia Central os mantém afastado de ideologias islâmicas que possam ameaçar as lideranças locais, tais como o wahabismo. A forte cultura persa presente na Ásia Central favorece as intenções iranianas, no entanto, os ganhos que o Irã possui com a mobilização do discurso persa ainda são limitados por conta de fatores internacionais a qual ele é submetido.

Palavras-chave: Irã. Ásia Central. Arábia Saudita. Identidades. Política Externa.

ABSTRACT

This study aims to analyze how Iran and Saudi Arabia project their foreign policies to Central Asia through identity bias. Both countries share historical and cultural characteristics in common with Central Asian countries and mobilize identity discourses to achieve their goals in the region. From a constructivist perspective and analyzing the Iranian and Saudi mobilization of discourses and narratives, the research argues that Iran mobilizes Persian discourse to project itself in Central Asia, while Saudi Arabia uses the Wahabite narrative for the same purpose. It can be seen that Iran is more likely to mobilize its Persian identity, as Central Asian governments' secularism keeps them away from Islamic ideologies that may threaten local leaders such as Wahabism. The strong Persian culture present in Central Asia favors Iranian intentions, however, Iran's gains from the mobilization of Persian discourse are still limited due to international factors to which it is subjected.

Keywords: Iran. Central Asia. Saudi Arabia. Identities. Foreign Policy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O ISLÃ NA ÁSIA CENTRAL.....	14
2.1	HISTÓRICO DOS ISLÃ NA ÁSIA CENTRAL.....	14
2.2	A CONSTITUIÇÃO E INDEPENDÊNCIA DAS REPÚBLICAS ISLÂMICAS DA ÁSIA CENTRAL.....	19
2.3	AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ÁSIA CENTRAL APÓS A UNIÃO SOVIÉTICA.....	25
3	A MOBILIZAÇÃO DA IDENTIDADE PERSA NA POLÍTICA EXTERNA DO IRÃ PARA A ÁSIA CENTRAL.....	32
3.1	A IDENTIDADE NACIONAL NA DIPLOMACIA DO IRÃ.....	32
3.2	A ÁSIA CENTRAL NA POLÍTICA EXTERNA IRANIANA.....	38
3.3	A MOBILIZAÇÃO DO DISCURSO PERSA PARA A ÁSIA CENTRAL.....	41
4	A MOBILIZAÇÃO DOS DISCURSO WAHABITA NA POLÍTICA EXTERNA PARA A ÁSIA CENTRAL.....	48
4.1	A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL SAUDITA.....	48
4.2	A ÁSIA CENTRAL NA POLÍTICA EXTERNA SAUDITA.....	53
4.3	A MOBILIZAÇÃO DO DISCURSO WAHABITA PARA A ÁSIA CENTRAL.....	56
5	CONCLUSÃO.....	60
6	REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Irã e Arábia Saudita são duas potências regionais do Oriente Médio que possuem diretrizes próprias para suas respectivas políticas externas. Muito se analisa a diplomacia de ambos os países através de uma perspectiva realista, onde ambos buscariam maximizar suas capacidades militares a fim de garantir sua sobrevivência no sistema internacional. No entanto, uma perspectiva alternativa surge para tentar entender o comportamento de sauditas e iranianos e contestar a visão realista: o construtivismo. A teoria construtivista aborda a identidade nacional como fator relevante da ação política, e que ela é a base na qual os atores internacionais direcionam seus interesses. Sendo decisiva para as ações dentro das relações internacionais, a identidade mostra que os países não fazem da política externa uma mera questão de sobrevivência, mas sim por interesses sociais e ideológicos convergentes com as suas respectivas visões (WENDT, 1992; AKBARZADEH e BARRY, 2016).

A Revolução Iraniana de 1979 representou uma grande ruptura nas estruturas internas do país que se refletiram nas diretrizes de política externa seguidas pelo Irã até então. Houve uma grande reorientação na diplomacia do país causada pela nova identidade nacional estimulada pelo governo de Ruhollah Khomeini, que possuía um discurso bastante antagônico em relação ao seu antecessor, Mohammed Reza Pahlevi. Embora o foco na identidade islâmica tenha sido bastante claro, o Irã dos anos seguintes a revolução não abandonou sua ligação com a antiga Pérsia, império do qual o país pertenceu. Desde o triunfo revolucionário, Teerã utilizou tanto o nacionalismo persa quanto a identidade islâmica para atingir seus objetivos quanto a sua política externa, tendo em vista a maior propensão do país a estabelecer relações com nações que possuem algo em comum com Teerã (AKBARZADEH e BARRY, 2016).

O Reino da Arábia Saudita unificou-se em 1932 e desde seu início possuía um desafio quanto a formação de uma identidade nacional. Diferente de outros países do Oriente Médio, o Estado saudita não tinha feito parte de uma grande civilização, nem

era berço de uma grande população étnica. No entanto, a Família Al-Saud - responsável pela unificação do reino - resgatou as antigas tentativas de seus ancestrais de formar um grande Estado, e não apenas isso: procurou seguir a ideologia wahabita pregada por Mohammad ibn Saud, responsável pela fundação do primeiro Estado saudita no século XVIII, para estimular uma identidade nacional para o país. O wahabismo é uma vertente ultraconservadora do Islã sunita que foi pregada no primeiro Estado saudita após a aliança entre ibn Saud e Al-Wahhab, um reformista da época. Isso foi resgatado durante a unificação do Reino da Arábia Saudita em 1932, e desde então tem sido principal característica da identidade nacional de Riad. A política externa da Arábia Saudita busca expandir a influência do país para outras regiões, e o reino vê a narrativa identitária como uma oportunidade de aumentar seu potencial para atingir os seus objetivos.

A Ásia Central é constituída por Estados que são recentes no sistema internacional, já que pela primeira vez na história os países da região tornaram-se independentes, fato que ainda sequer completou três décadas. No entanto, antes de falar mais sobre a Ásia Central, faz-se necessária uma definição sobre as nações que compõem essa região. Existem diferentes abordagens sobre quais os países que constituem a Ásia Central. Para esta monografia, considera-se a mais aceita academicamente, a qual afirma que a região é composta pelos seguintes países: Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguistão e Tajiquistão. As cinco nações que compõem a Ásia Central possuem características políticas, sociais e históricas em comum. Entre as principais, pode-se destacar que: as repúblicas da Ásia Central fizeram parte de antigos impérios (como o Persa e o Russo), são ex-repúblicas soviéticas e países independentes desde 1991, possuem a religião muçulmana em comum, sendo todos os países de maioria sunita, e possuem idiomas provenientes ou do turco ou do persa (KHANNA, 2008).

A região centro-asiática possui recursos energéticos que fazem essa localidade ter um grande potencial econômico. Além disso, sua localização é de extrema importância, uma vez que está no elo entre ocidente e oriente, ligando a Europa ao restante da Ásia. Logo após a queda da União Soviética, a Ásia Central

passou a ter a atenção de vários países, incluindo Irã e Arábia Saudita, que trataram de reconhecer as independências das repúblicas centro-asiáticas imediatamente. Iranianos e sauditas também não tardaram a estabelecer relações diplomáticas com as nações da Ásia Central, no entanto, cada país teve suas respectivas estratégias para buscar a inserção na região. As repúblicas da Ásia Central possuem características históricas em comum tanto com sauditas quanto iranianos. Isso fez Teerã e Riad perceberem que a suas respectivas políticas externas para a região poderiam se orientar através do viés identitário, uma vez que a identidade nacional é fator muito relevante na diplomacia de ambos os países.

Portanto, tendo como objetivo entender o uso das identidades nas políticas externas iraniana e saudita, o presente trabalho possui como problema de pesquisa a seguinte pergunta: como o Irã e a Arábia Saudita utilizam suas identidades para se projetar na Ásia Central? Com o intuito de responder a pergunta, adota-se uma perspectiva construtivista, procurando estabelecer a relação entre identidade e política externa, a partir da mobilização do discurso identitário de ambos os países para a região.

A presente monografia estrutura-se em três capítulos de desenvolvimento, que se somam a um capítulo de introdução e outro de conclusão. O primeiro capítulo trata da história da Ásia Central, procurando compreender como o Islã chegou e resistiu as adversidades as quais ele enfrentou na região, além de averiguar como se deu a formação das repúblicas centro-asiáticas e como foram suas relações internacionais desde suas respectivas independências. O segundo capítulo foca na República Islâmica do Irã, mostrando como se deu a formação da identidade nacional iraniana, como essa identidade influencia as suas relações internacionais e como o país utiliza o discurso persa nas relações com a Ásia Central. Posteriormente, o terceiro capítulo destaca o Reino da Arábia Saudita e a constituição de sua identidade nacional, analisando as relações dos sauditas com a Ásia Central e mostrando como Riad direciona sua política externa para a região a partir da narrativa identitária, por meio do discurso wahabita. Por fim, a conclusão ilustra um panorama geral da monografia.

2 O ISLÃ NA ÁSIA CENTRAL

No presente capítulo será feita uma análise do histórico da religião islâmica na Ásia Central, remontando à Idade Média e à conquista da região por parte dos árabes, e como a religião resistiu à repressão por parte dos grandes Estados aos quais foi dominada. Após essa contextualização, será discutida a constituição das cinco repúblicas da Ásia Central, analisando suas divisões ainda dentro do Estado Soviético e suas respectivas independências na década de 1990. Por fim, pretende-se averiguar as relações internacionais das repúblicas centro-asiáticas, inicialmente mostrando pontos em comum em suas políticas externas e, posteriormente, discutindo as características particulares da diplomacia de cada um dos cinco países que compõem a região.

2.1 O HISTÓRICO DO ISLÃ NA ÁSIA CENTRAL

O Islã chegou à Ásia Central através dos exércitos árabes no século VIII. O marco importante para o início da cultura islâmica na região se deu no ano de 751, na Batalha de Talas. Ocorrida nas margens do rio Talas, atual Quirguistão, esse conflito colocou frente a frente o exército árabe do califado de abássida e os chineses da Dinastia Tang. Após aproximadamente três meses de combate, os árabes derrotaram as forças chinesas. O resultado dessa batalha marcou a perda permanente da Ásia Central como parte do mundo budista e da zona cultural chinesa, colocando a região centro-asiática sob influência islâmica a partir da vitória árabe (LEWIS, 2009).

Ao longo dos séculos seguintes, o Islã, lentamente, começou a se propagar na região da Ásia Central. As cidades da Transoxiana¹ passaram a se conectar a redes da cultura muçulmana e do mundo islâmico. No século XIII, no entanto, os exércitos mongóis sob o comando de Georgis Khan conquistaram a região. A partir desse

¹ Transoxiana, é o antigo nome usado para a parte da Ásia Central que corresponde aproximadamente ao Uzbequistão moderno, Tadjiquistão, sul do Quirguistão e sudoeste do Cazaquistão. Geograficamente, é a região entre os rios Amu Darya e Syr Darya.

momento, a cultura local passou a ser ditada pelos mongóis. Isso causou um profundo impacto destrutivo na economia e na cultura da região, fato que atingiu profundamente o Islã e a sua influência na sociedade da Ásia Central. Durante o período de dominação mongol, o governo vigente desfez a hegemonia do Islã no campo político e impôs seu próprio código de ética e seus valores à sociedade (KHALID, 2007).

No século XIV, com o desmoronamento do império Mongol, a propagação do Islã voltou a ser observada na Ásia Central. Os sucessores do império adotaram a religião, que também retomou sua força entre as elites dominantes. A partir desse momento, o que se viu foi o surgimento de uma aliança entre os Ulemá – os teólogos do Islã – e o Estado, que se fortaleceu nos três séculos seguintes. Durante esse período foram construídas várias madrassas – escolas de estudos muçulmanos – que foram fundamentais para a transmissão do conhecimento islâmico às gerações seguintes, além de serem importantes para o seguimento dos ulemás (KHALID, 2007).

Os russos expandiram-se até a Ásia Central na segunda metade do século XIX, mais precisamente no ano de 1865, com a conquista de Tashkent. A cidade, atual capital do Uzbequistão, era um importante entreposto comercial na época e sua conquista por parte do Império Russo foi um importante marco na história da Ásia Central. Foi a primeira das grandes cidades da Transoxiana a ser dominada pelos russos, já que outras importantes cidades da região – como Bucara, Kiva e Khokand – também foram conquistadas posteriormente pelo império (KHALID, 2007). Segundo Yemelianova (2010), a conquista dos russos aprofundou ainda mais a natureza distintiva do Islã da Ásia Central, separando politicamente os vários povos muçulmanos da região de seus irmãos étnicos e religiosos em Xinjiang (China), Irã e Turquia. (YEMELIANOVA, 2010).

O período russo de dominação da Ásia Central se estendeu por cerca de meio século, quando o Império Russo sucumbiu diante da Revolução Bolchevique, de 1917, que acabou causando uma guerra civil no país. O conflito armado e o conseqüente o triunfo dos revolucionários bolcheviques, em 1922, configuraram a existência de uma nova nação: a União Soviética. O surgimento de um novo Estado socialista e ateu, que perdurou por quase sete décadas, causou um impacto profundo no Islã e nas

sociedades islâmicas do novo país, o que incluía a Ásia Central. Em relação a prática religiosa, houve oscilação durante os anos de existência da União Soviética, onde era perceptível fases de maior flexibilidade religiosa - no qual era possível uma coexistência do socialismo e do Islã - e momentos rigorosos de coibição religiosa, que nesse caso não se dava apenas contra o Islã, mas também contra as demais religiões presentes no território (COLLINS, 2006).

Inicialmente, o Islã não foi atacado pelos bolcheviques. Pelo contrário: os soviéticos permitiam as atividades religiosas, principalmente a dos “Jadids”, que eram muçulmanos jovens e reformadores que procuravam modernizar o Islã, algo que se parecia com o pensamento soviético do período. No entanto, já em meados da década de 1920, o Islã passou a ser considerado pela União Soviética um movimento contrarrevolucionário e que precisava ser contido. O que se viu ao longo das décadas de 1920 e 1930 foi uma repressão expressiva por parte do governo Josef Stalin contra o Islã, com a destruição e o fechamento de milhares de mesquitas e madrassas, muitas delas localizadas na Ásia Central. Muitos dos líderes islâmicos foram executados durante o chamado “Grande Expurgo” (KHALID, 2007).

Os anos 1940, no entanto, observaram uma mudança no comportamento da União Soviética em relação ao Islã, principalmente na Ásia Central. Em meio aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, os soviéticos, amplamente envolvidos no conflito a partir de 1941, exigiam o apoio de todos os seus cidadãos, o que acabou colaborando para que o governo diminuísse sua perseguição ao Islã. Nesse contexto, no ano de 1943, foi criada a Administração Espiritual dos Muçulmanos da Ásia Central e do Cazaquistão (SADUM, na sigla em inglês). Esse novo órgão, que perdurou até a dissolução da União Soviética, tinha como sede a cidade de Tashkent, na então República Socialista Soviética Uzbeque. O SADUM possuía uma estrutura hierárquica rigorosa e era chefiado por um *mufti*, espécie de presidente do órgão. Inicialmente, a administração se preocupou em reabrir instituições islâmicas locais e restabelecer laços com o mundo muçulmano em geral. O SADUM foi o órgão responsável por supervisionar o Islã na região da Ásia Central até o fim da União Soviética (CORNELL & ZENN, 2018).

Um novo e breve período de aumento na repressão ao Islã reapareceu no final da década de 1950 e início dos anos 1960, quando Nikita Krushev, sucessor de Stalin, redobrou uma campanha antirreligiosa, fechando locais de culto não autorizados e perseguindo clérigos não oficiais. Apesar da retomada da política antirreligiosa por parte das autoridades soviéticas, esse novo movimento de intolerância contra o Islã não se comparava em termos de intensidade as repressões ocorridas nos anos 1920 e 1930. Após esse breve período de maior hostilidade à religião islâmica, os anos 1970 e 1980 representaram novamente um período mais tolerante ao Islã. Na década de 1980, inclusive, já se observava a penetração de ideologias islâmicas de outras partes do mundo na Ásia Central. (KHALID, 2007). Os quase 70 anos de domínio soviético sobre a população islâmica da Ásia Central causaram impacto nos povos da região, já que os muçulmanos se limitavam a cultivar suas crenças no âmbito familiar. Ainda que a prática do Islã tenha sido reprimida - em alguns momentos mais incisivamente do que em outros - a religião continuou a existir dentro da Ásia Central (COLLINS, 2006).

A dissolução da União Soviética, e a conseqüente independência das repúblicas islâmicas da Ásia Central causaram um impacto profundo na sociedade daquela região. As condições de vida da população centro-asiática pioraram muito depois do fim da União Soviética. Segundo Yemelianova (2010), a comunidade do Vale do Ferghana foi a principal afetada, dadas as características específicas daquela região, tais como superpopulação, escassez de terras aráveis e reservas de água e crise ecológica. Além dos problemas ecológicos e socioeconômicos, o período pós-soviético na Ásia Central foi marcado pela ausência de uma ideologia central de governo, uma vez que o socialismo havia colapsado. Dadas essas condições de incerteza, alguns ativistas começaram a surgir buscando reformas democráticas, enquanto outros ativistas surgiram procurando enfatizar a ideologia islâmica (YEMELIANOVA, 2010).

Nesse contexto, os governos dos recém independentes países da Ásia Central ganharam caráter autoritário. Apesar do Islã ser um importante fator na sociedade das novas repúblicas centro-asiáticas, a governança desses países tratou de combater com repressão não só a oposição que clamou por reafirmar as leis islâmicas, mas

também opositores que clamavam por valores democráticos. Ainda no início da década, em 1992, tem início no Tajiquistão uma violenta Guerra Civil, onde o governo lutou ferozmente contra os opositores islâmicos e os opositores democráticos. O grave conflito tajique representou um alerta para os demais países da Ásia Central. No Uzbequistão, o então presidente Islam Karimov que havia iniciado sua repressão contra as forças islâmicas de seu país viu na Guerra Civil do Tajiquistão mais uma razão para continuar sua dura repressão aos radicais islâmicos uzbeques, que no final da década de 1990 iriam se juntar no Movimento Islâmico do Uzbequistão², conhecido pela sigla MIU (CORNELL, 2018).

A ameaça dos grupos islâmicos radicais, que era uma preocupação para os países centro-asiáticos logo após suas respectivas independências, acabou se tornando menos intensa na década de 2000. A intervenção dos EUA no Afeganistão em 2001, conhecida como o início da “Guerra ao Terror”, acabou sendo um duro golpe para as forças do MIU, que acabaram se refugiando no Paquistão e no Afeganistão, onde estabeleceram contato com membros da Al-Qaeda e do Talibã. Essa internacionalização do movimento radical fez com que a sua base fosse ampliada para incluir cidadãos de todos os países da Ásia Central. Sendo integrado a Al-Qaeda, o foco do MIU – que até o momento era a mudança de regime no Uzbequistão – passou a ser influenciado pela agenda global do jihadismo, eliminando seu exclusivo foco anterior. O surgimento do conflito sírio de 2011 também foi um fator importante para o MIU, pois a partir daquele momento todo o foco da rede jihadista passou a ser a Guerra Civil Síria, o que dificultou ainda mais a aquisição de recrutas para suas lutas internas no Uzbequistão. Ao declarar lealdade ao Estado Islâmico no decorrer do conflito sírio, o MIU entrou em confronto com o Talibã, e isso desestabilizou ainda mais o movimento uzbeque, que desde então não mais existiu de forma coesa (CORNELL, 2018).

O risco que o radicalismo islâmico representava na Ásia Central nos anos 1990 parece não se equiparar com a ameaça da última década. Como debatido

² Formado oficialmente em 1998, o objetivo do MIU era retirar o presidente Islam Karimov (1991-2016) do poder e implantar um Estado islâmico governado pela sharia. O grupo é favorável a métodos violentos para atingir seu objetivo (YEMELIANOVA, 2010).

anteriormente, os conflitos envolvendo radicais islâmicos têm se intensificado no Oriente Médio e não na Ásia Central, deslocando o eixo de atuação dos jihadistas para longe das repúblicas centro-asiáticas. Portanto, ainda que haja cidadãos da Ásia Central envolvidos em grupos extremistas, atualmente eles estão fora da região de origem (CORNELL, 2018).

2.2 A CONSTITUIÇÃO DAS REPÚBLICAS ISLÂMICAS DA ÁSIA CENTRAL

As cinco repúblicas da Ásia Central são nações independentes desde 1991, ano em que os países se desmembraram da União Soviética, que naquele mesmo ano deixou de existir. No entanto, a formação dos atuais territórios da Ásia Central aconteceu ainda dentro do Estado soviético, entre as décadas de 1920 e 1930, e se mantém basicamente a mesma até os dias atuais. Para entender os motivos dessa divisão, e como elas foram feitas, é necessário voltar aos anos 1920.

Com a Revolução Bolchevique em andamento, a região da Ásia Central, antes parte do Império Russo, teve suas configurações modificadas. Em 1924, já após o surgimento da União Soviética e momentos antes da divisão que resultara nos atuais territórios, a Ásia Central era composta por quatro repúblicas: duas Repúblicas Socialistas Soviéticas Autônomas – RSSA do Turquestão e RSSA Quirguiz³ – e por duas Repúblicas Socialistas Soviéticas – RSS Khorezm e RSS Bukhara. Naquele momento, o partido Bolchevique já se preocupava com a criação de estruturas administrativas que refletissem a composição étnica da população centro-asiática, para que assim pudesse conceder autonomia a essas regiões a partir do princípio étnico-nacional, e não regional (KHALID, 2007).

FIGURA 1 – Mapa da Ásia Central em 1922, antes da divisão final dos soviéticos

³ Apesar do nome em comum com atual Estado Qurguiz, a região localizava-se no atual Cazaquistão.



Fonte: WIKIPÉDIA, 2011

A divisão da Ásia Central era considerada uma pauta fundamental pelas altas autoridades soviéticas. Eles acreditavam que a partir de uma delimitação de fronteiras na região, a partir do princípio étnico, seria possível produzir estabilidade a Ásia Central, e como resultado se teria uma redução no caos que eles consideravam existir por conta da fragmentação das etnias (KHALID, 2007). Portanto, a ideia dos soviéticos de dividir o Turquestão em várias repúblicas autônomas com base na língua e nas etnias era fundamentada no pressuposto que a separação contribuiria para evitar futuros conflitos nacionalistas. Com isso, o governo concordava em conceder certa autonomia territorial nacional a grupos nacionais que fossem claramente definidos, e não a amplos territórios mistos (ROUDIK, 2007).

A decisão de criar repúblicas homogêneas, que ajudaria a fortalecer o poder soviético na região, foi rapidamente implementada e em 1924 nasceu o mapa político da Ásia Central. Em 14 de outubro desse mesmo ano, foi aprovada uma resolução para a criação de estados nacionais para os povos da Ásia Central. Roudik (2007) descreve como foi o início desse processo:

Inicialmente, apenas duas grandes repúblicas sindicais foram criadas. O Uzbequistão recebeu a parte central do antigo emirado de Bukhara, a parte sul do antigo Khiva, e as regiões de Samarcanda, Fergana, Amu Darya e Syr Darya, anteriormente incluídas no Turquestão russo. O território do Turquemenistão incluía regiões turcomenas do oeste de Bukhara, Khorezm e a antiga região da Transcáspia. Todas as outras partes da Ásia Central foram estabelecidas como componentes constituintes das repúblicas soviéticas com diferentes graus de autonomia. As terras tradicionalmente ocupadas pelos cazaques e quirguizes foram definidas como uma república autônoma na Rússia, e os tadjiques receberam regiões montanhosas do antigo Bukhara com uma população de língua iraniana (ROUDIK, 2007, p. 222) TRADUÇÃO NOSSA).

Com a nova configuração da Ásia Central, Uzbequistão e Turcomenistão tornaram-se Repúblicas Socialistas Soviéticas (RSS). O Tadjiquistão passou de uma república autônoma a mesma condição de uzbeques e turcomenos em 1929, após desmembrar-se da RSS Uzbeque. Em 5 de dezembro de 1936, foi a vez das Repúblicas Socialista Soviéticas Autônomas Cazaque e Quirguiz terem seus status elevados a repúblicas da União, tornando-se, respectivamente, a RSS Cazaque e RSS Qurguiz. Assim, estavam formadas as cinco repúblicas da Ásia Central. Os recém-formados Estados centro-asiáticos foram privados de independência política e econômica, mas receberam certo grau de autonomia cultural e linguística. Após a divisão ser concretizada, o objetivo dos soviéticos de substituir uma grande e unificada Ásia Central por repúblicas nacionais menores acabou se consolidando. Assim, a região, que antes fora dominada pelo Império Russo, agora se encontrava sob domínio de outro grande e poderoso Estado, a União Soviética (ROUDIK. 2007).

As Repúblicas Soviéticas centro-asiáticas eram governadas por ramificações locais do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Durante o período sob domínio soviético, a Ásia Central apresentou alguns avanços relevantes. Sendo utilizada pelo União principalmente para a produção de algodão, a região centro-asiática apresentou notáveis ganhos, como por exemplo: a alfabetização quase completa da população, aumento no nível educacional de seus cidadãos e urbanização local. Em contrapartida, os cidadãos centro-asiáticos sofreram com o

autoritarismo principalmente no governo Stalin, que resultou em execuções e envios para campos de trabalho forçado de inúmeros cidadãos (SOUCEK, 2000).

A década de 1980 foi extremamente relevante para a compreensão do processo de independência das repúblicas da Ásia Central. Em 1985, Mikhail Gorbachev se tornou o Secretário Geral do PCUS. Ele ficou conhecido por suas ações em torno de reformas, que ficaram conhecidas como *glasnost* (abertura) e *perestroika* (reconstrução), segundo ele necessárias para a sobrevivência do regime soviético. O objetivo do novo líder soviético era acelerar o desenvolvimento econômico do país e superar o atraso do país em relação ao ocidente. As expectativas da população aumentaram, no entanto, a ausência de melhorias após as reformas acabaram estimulando conflitos étnicos nas repúblicas soviéticas (ROUDIK, 2007). Além do mais, as reformas feitas por Gorbachev removeram alguns obstáculos estabelecidos pelo regime socialista que suprimiam a atividade política das massas na Ásia Central, o que favoreceu as atividades nacionalistas e a constituição de grupos separatistas (OMELICHEVA, 2015).

O primeiro caso de conflito étnico nas repúblicas da Ásia Central ocorreu no Cazaquistão. Dinmukhamed Kunaev, o então líder da República Cazaque, foi destituído de seu cargo por pressão de Gorbachev, que o acusou de corrupção. Em seu lugar foi escolhido Gennady Kolbin, um russo que nunca havia trabalhado no Cazaquistão e que não possuía vínculo nenhum com a república. Essa indicação ocasionou uma onda de protestos na república cazaque a partir de dezembro de 1986, pois a população local considerou essa escolha um “ataque” a sua nacionalidade. O governo central acabou se rendendo às exigências dos manifestantes em 1989, quando destituiu Kolbin e no seu lugar colocou Nursultan Nazarbayev, homem que viria a liderar o Cazaquistão por quase três décadas (SOUCEK, 2000).

As manifestações nacionalistas na Ásia Central não se limitaram apenas ao Cazaquistão. Elas também se estenderam as outras repúblicas, como no Uzbequistão, onde em 1989 também houve fortes protestos em Tashkent exigindo maior liberdade religiosa, e no Quirguistão, no ano seguinte, na província de Osh, onde o descontentamento da população também era visível. A dimensão das mobilizações

colaborou para um afrouxamento do controle político por parte do governo central soviético. Como resultado dessa medida, algumas repúblicas mudaram seus sistemas políticos, o que permitiu a elas elegerem seus próprios presidentes (ROUDIK, 2007).

Diferente de outras Repúblicas Soviéticas – como as Repúblicas do Báltico – as repúblicas da Ásia Central votaram a favor da continuação da União Soviética. Apesar da existência de eventos de cunho nacionalista e separatista, as lideranças dos territórios centro-asiáticos eram favoráveis a preservação da federação soviética. O fracasso na tentativa de Golpe de Estado em agosto de 1991 acabou por acelerar a dissolução da União Soviética e a independência de seus territórios. Com todos esses acontecimentos, as repúblicas da Ásia Central não tiveram outra escolha a não ser declarar suas respectivas independências, o que fez delas as últimas repúblicas de toda a federação a se emancipar da União Soviética (OMELICHEVA, 2015). No dia 31 de agosto, Quirguistão e Uzbequistão declararam independência. O Tadjiquistão fez o mesmo em 9 de setembro, enquanto Turcomenistão se emancipou em 27 de outubro. A última república que ainda restava era o Cazaquistão, que proclamou sua independência em 16 de dezembro (SOUCEK, 2000).

FIGURA 2 – mapa da atual Ásia Central



Fonte: Astana Times, 2017

A independência resultou em cinco novos países na Ásia Central, região que historicamente sempre foi dominada por governos autoritários. Assim que novas repúblicas independentes surgiram, os seus líderes rejeitaram abertamente suas crenças comunistas e suas ligações com o antigo PCUS, pois, com exceção do Quirguistão, todas as repúblicas continuaram sendo governadas pelos antigos líderes do período soviético. Mesmo assim, os países do resto do mundo – principalmente as grandes nações ocidentais – atentaram para a Ásia Central com otimismo. Havia uma grande expectativa por parte do ocidente a respeito do futuro da região, uma vez que a esperança dos ocidentais era de que os países centro-asiáticos passassem por reformas em seu sistema político e econômico que – com o apoio dos governos ocidentais – promovessem os valores liberais e democráticos. No entanto, nenhum dos Estados da Ásia Central atendeu a essas expectativas (OMELIACHEVA, 2015).

O Cazaquistão teve como seu líder – por 28 anos – Nursultan Nazarbaev, líder que não foi desfiado internamente durante sua longa presidência e que foi sucedido por Kassym-Jomart Tokayev, integrante do mesmo partido de seu antecessor. O Uzbequistão foi governado de 1991 a 2016 por Islam Karimov, líder que também não teve oposição interna. Atualmente o poder está com Shavkat Mirziyoyev, eleito com quase 90% dos votos na última eleição. O Turcomenistão teve até agora dois líderes: Saparmurat Niyazov, que morreu em 2006, e Gurbanguli Berdimukhamedov, que o sucedeu e desde então não foi contestado no país, que é considerado um dos países mais autoritários do mundo. O Tajiquistão é liderado por Emomali Rahmon desde 1992 nos mesmos moldes que os demais, com um líder autoritário e secular. O Quirguistão é a única exceção dentre os Estados centro-asiáticos, pois realizou várias eleições no decorrer de sua existência que resultaram em trocas de sua liderança (DENOON, 2016)

Portanto, há de se observar que apenas um dos cinco Estados da Ásia Central possui um certo nível de democracia: o Quirguistão⁴. A Freedom House, uma ONG internacional estadunidense que possui destaque por suas pesquisas em relação a

⁴ Ainda que o Quirguistão seja o único Estado democrático da região e possua uma maior liberdade de expressão do que os demais, existe uma profunda divisão étnica dentro do país, entre a maioria do Quirguistão e a minoria uzbeque (DENOON, 2016).

defesa dos direitos humanos e democracia, classificou a República Quirguiz como “parcialmente livre”, em 2018. Todas as outras nações centro-asiáticas foram classificadas como “não livres”, mostrando assim que o padrão de governo na Ásia Central ainda é caracterizado pelo autoritarismo e pelo secularismo, e que conseqüentemente mostra que está longe de atingir princípios básicos da democracia (OMELIACHEVA, 2015).

2.3 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ÁSIA CENTRAL APÓS A UNIÃO SOVIÉTICA

O colapso do Estado soviético trouxe consigo a independência de várias repúblicas. Como foi debatido anteriormente, o desmoronamento da União Soviética não permitiu outra opção para as repúblicas da Ásia Central que não fosse declarar suas respectivas independências. Após muitos séculos de dominação, seja por impérios – como o Russo ou o Mongol – ou por um grande Estado – como a União Soviética – as repúblicas centro-asiáticas, pela primeira vez em suas histórias, se tornaram atores independentes nas relações internacionais (MENON, 1995).

Inicialmente, esperava-se que os países da Ásia Central mantivessem laços com Moscou, o maior e mais influente Estado da região. Com a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), as ex-repúblicas soviéticas prosseguiram conectadas à Rússia e, inicialmente, essas relações pareciam ter longa duração, muito por conta do alicerce proporcionado pela CEI. No entanto, a relação de Moscou com os países centro-asiáticos não se intensificou e logo se mostrou enfraquecida. Nos anos 1990, a Rússia ainda sofria com problemas internos decorrentes de seu desmembramento da União Soviética. A estagnação econômica e a transição para a economia de mercado acabaram tendo maior atenção por parte do Estado russo, pois eram fatores essenciais para o país naquele momento de crise. Essas razões foram responsáveis pelo afastamento entre a Rússia e as repúblicas centro-asiáticas, ainda nos anos 1990 (ALLISON e JONSON, 2001; DUARTE, 2012).

A Ásia Central obteve atenção especial por parte de importantes nações após a independência de seus cinco países. A atratividade da região é muito bem explicada por conta de suas riquezas naturais (gás natural, petróleo, urânio etc.), o que conferia à região um enorme potencial de crescimento econômico, além de representar um bom destino para investimentos externos. Os países centro-asiáticos que careciam desses recursos ao menos possuíam algum destaque em relação a sua agricultura, o que era extremamente benéfico em períodos de alta no preço das *commodities*. Porém, observou-se um crescimento da assimetria entre os países da região que eram produtores de hidrocarbonetos – Cazaquistão e Turcomenistão – e os não produtores – Quirguistão, Uzbequistão e Tajiquistão. Além da esfera econômica, a importância da região também se dava no âmbito securitário, por conta da sua localização estratégica. Isso comprovou-se anos depois, no início da década de 2000, na chamada “Guerra ao Terror” (DOWLING e WIGNARAJA, 2006; DUARTE, 2012).

Inicialmente, os Estados Unidos e os países ocidentais buscaram aproximar-se dos países da Ásia Central, principalmente através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Em meados da década de 1990, essa organização buscou se expandir em direção aos países da Europa Oriental, que no passado estiveram sob influência da União Soviética ou até mesmo fizeram parte dela. A busca por influência da organização também alcançou os países da Ásia Central, que logo após sua independência também estabeleceram relações com a OTAN. Esse vínculo acabou se intensificando em 2001, após os ataques terroristas do 11 de setembro. Como afirma Guimarães et al, 2010:

A OTAN foi apoiada por todos os países da Ásia Central em suas operações antiterrorismo. Quirguistão, Uzbequistão e Tajiquistão ofereceram bases em seus territórios — as bases uzbeque e quirguiz foram aceitas e a tadjique seria utilizada em caso de emergências. Além disso, o espaço aéreo desses cinco países estaria liberado para apoio logístico às operações em solo afegão. Com a sua presença direta na região, as potências ocidentais puderam aumentar exponencialmente a sua influência nos anos subsequentes aos atentados nos EUA. Todos os países desenvolveram PfP em conjunto com a OTAN. Muitos investimentos foram feitos na Ásia Central, fomentando desenvolvimento e estabilidade (GUIMARÃES ET AL, 2010, p. 238).

O ano de 2001 foi também um ano importante para a diversificação das relações internacionais das repúblicas centro-asiáticas. Nesse mesmo ano foi estabelecida a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX)⁵, uma organização política, econômica e militar composta por Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão. A partir da criação da OCX, as relações da Ásia Central com Rússia e China, potências dentro da organização, se intensificaram. Até aquele momento, a única relação de russos e chineses com as repúblicas centro-asiáticas tinham se limitado a questões mais pontuais, como por exemplo a delimitação de fronteiras. Com o advento da OCX, a atuação da China e da Rússia na região se tornou notável. Laços econômicos foram aprofundados com russos e chineses através de tratados de comércio e investimentos em infraestrutura na Ásia Central (GUIMARÃES ET AL, 2010; DUARTE. 2012).

As relações internacionais da Ásia Central também tiveram uma importante reorientação em 2005. Nesse ano ocorreu incidente de Andijan, no Uzbequistão. O massacre foi duramente condenado pelas nações ocidentais, que apontaram violações de direitos humanos por parte do governo Uzbeque. Essa crítica não foi aceita pela OCX e por seus membros, que criticaram a OTAN e clamaram pela retirada das tropas ocidentais de suas posições na Ásia Central (GUIMARÃES ET AL, 2010; DUARTE. 2012). Isso abriu espaço para que a região estreitasse ainda mais as suas relações no âmbito da OCX, possibilitando assim a aproximação dos países da Ásia Central com Rússia e, principalmente, com a China, já que os interesses chineses na região não se limitavam ao petróleo e ao gás, mas também em mercados e oportunidades para seus investidores. (AZHIBEN, 2008).

Na última década, apesar dos grandes investimentos por parte de empresas oriundas do ocidente na Ásia Central, Rússia e China são quem permanecem mais ligadas à região, muito por conta da proximidade e da capacidade de transportar hidrocarbonetos encontrados na Ásia Central para o resto do mundo. Enquanto os oleodutos russos entregam grande porcentagem do petróleo Cazaque para o ocidente,

⁵ Anteriormente chamada de Cinco de Xangai, a organização foi renomeada para Organização para a Cooperação de Xangai em 2001, após o Uzbequistão ser admitido na organização.

grande parte das exportações de gás da Ásia Central é entregue por um oleoduto para a China (MAMMADOV, 2019).

O Cazaquistão, sendo o maior país da região e o que mais possui recursos naturais, procura se projetar como potência regional. A República Cazaque diversificou tanto suas relações bilaterais quanto multilaterais. O país participa de diversas organizações internacionais econômicas e securitárias, com destaque para a OCX e a União Eurasiática. No que tange às relações bilaterais, o país intensificou suas relações com a China, país que tem feito diversos investimentos no Cazaquistão (DUARTE, 2012; MUZALEVSKY, 2011). A localização do Estado cazaque é fundamental na rodovia transcontinental Europa-China, o que acaba aumentando a importância do Cazaquistão para a China. Nursultan também possui boas relações com países islâmicos, com destaque a Irã e Arábia Saudita. Como afirma Kassen (2018), a possível criação da linha ferroviária Cazaquistão-Turcomenistão-Irã, ligando a Ásia Central ao Golfo Pérsico, seria um projeto fundamental e que traria muitos benefícios a ambas as regiões, principalmente ao Cazaquistão, uma vez que ajudaria o país a superar a sua ausência de saída para o mar (KASSEN, 2018).

Aproveitando sua localização estratégica, no centro da Eurásia, o Cazaquistão recorreu a uma política externa abrangente e uma postura proativa na região. Nursultan conseguiu, através da participação em organizações internacionais e diversificadas relações bilaterais, superar a falta de litoral que possui. Sua postura ativa e boas relações tanto com China, Rússia, mundo islâmico e ocidente resultam em uma história de sucesso de um país transcontinental que superou suas adversidades reivindicando sua importância no transporte entre Ásia e Europa (KASSEN, 2018).

O Uzbequistão teve diversas variações em sua política externa após sua independência. A sua aproximação com os países ocidentais, vista logo após a emancipação da República Uzbeque, tornou-se mais evidente após a invasão ao Afeganistão por parte dos Estados Unidos, em 2001. Foi bastante importante a utilização de bases militares localizadas no país por parte dos países envolvidos no conflito afegão. No entanto, as relações se deterioraram em 2005, após o incidente de Andijan. Naquele momento, Tashkent reorientou sua política externa e aproximou-se

dos países da OCX. Já a relação com Moscou, no entanto, não é tão próxima – os uzbeques não aceitaram participar da União Eurasiática, por exemplo – mas está longe de ser antagônica (TOLIPOV, 2012; DUARTE, 2012).

Tashkent estabeleceu como um de seus objetivos a melhora das relações com os demais países da Ásia Central. A relação do Uzbequistão com alguns seus vizinhos encontrava-se deteriorada no início da década de 2010, mais especificamente com o Quirguistão e o Tajiquistão. Quanto a República Quirguiz, o Uzbequistão possui um litígio com Biskeque em relação a minoria Uzbeque que vive no Quirguistão, o que acabou gerando tensões entre os países (TOLIPOV 2011, DUARTE 2012). No que tange as relações entre Uzbequistão e Tajiquistão, o impasse entre ambos os países era respeito da construção de uma Usina Hidrelétrica de Rogun, defendida por tajiques e condenada por Uzbeques, mas que foi solucionado em 2018. Após superarem os desentendimentos, os líderes Mirziyoyev e Rahmon assinaram 27 tratados de comércio e livre circulação de pessoas, em março de 2018, evidenciando assim melhora nas relações entre Tashkent e Dushanbe (TASHKENT TIMES, 2018).

O Turcomenistão possui as maiores reservas de gás natural da região. Sua política externa basicamente gira em torno de maximizar ganhos a partir de seus recursos energéticos e limitar a influência externa nesse processo, além de restringir o potencial de ideologias estrangeiras em seu território. Logo após a sua independência, o Turcomenistão optou por pela doutrina de “neutralidade”. O objetivo de sua liderança sempre foi manter o total controle de sua exploração de hidrocarbonetos, sempre relutando que empresas internacionais pudessem realizar tais serviços (BOHR, 2016).

Asgabate sempre priorizou as relações bilaterais em face às multilaterais⁶. A relação mais visível é com a China, país que possui grande interesse nos recursos

⁶ O então presidente Nyyazow mudou o status do Turcomenistão na CEI, de membro pleno para membro associado, em 2005. Além disso, Asgabate continua sendo o único país da Ásia Central fora da OCX. Mesmo com a troca de liderança em 2006, o Turcomenistão, sob comando de Berdimuhamedow não tem procurado melhorar seu status nas poucas organizações que o país faz parte, mostrando de fato que Asgabate não prioriza as relações multilaterais (BOHR, 2016).

energéticos turcomenos e que tem sido o principal cliente do país. Destaque também para as relações com a Rússia, que também giram em torno do gás natural. Moscou vê Asgabate como concorrente, portanto, a estratégia do Kremlin tem sido comprar o gás turcomeno e revender a preços mais altos na Europa, para evitar que os turcomenos chegassem ao mercado europeu (SIR 2011; DUARTE, 2012). Porém, o Turcomenistão nunca se engajou fortemente com a Rússia, o que é perceptível já que Asgabate não faz parte das principais organizações que surgiram como iniciativas de Moscou – como a UEE ou a OTSC (Organização do Tratado de Segurança Coletiva). Ademais, vale destacar a intensificação das relações entre Turcomenistão e seus vizinhos do sul. Atualmente está sendo construído o gasoduto TAPI – que ligará o gás turcomeno ao Afeganistão, Paquistão e Índia, reforçando assim o acesso do Turcomenistão ao mercado consumidor desses países. Asgabate também possui boas relações com o Irã principalmente comerciais – Irã é o segundo principal parceiro em volumes comerciais – alimentada pela construção da ferrovia Tajan-Mashhad-Sarakhs e o gasoduto Koperj-Kurt Kui, construídas através de um empreendimento conjunto (BOHR, 2016).

Quirguistão e Tajiquistão são os países da Ásia Central que mais carecem de recursos naturais. Por esse motivo, ambos buscaram desde o início diversificar suas relações internacionais. O Tajiquistão teve problemas com seus vizinhos, principalmente com o Uzbequistão, como já citado anteriormente. Além disso, Dushanbe também sofreu por muitos anos com os resultados devastadores de sua Guerra Civil, que abalaram a economia do país. Já o Quirguistão é outro país que possui poucos recursos naturais, e viu sua relação com os vizinhos se deteriorarem em certos momentos em decorrência de conflitos fronteiriços ou étnicos, como já citado no caso da minoria uzbeque que vive no sul do país (ENGVALL, 2014).

Com o objetivo de desenvolver relações com o maior número de nações possível, o Tajiquistão deu prioridade a dois grupos de países: seus vizinhos próximos ao sul, como Irã e Afeganistão, e as outras ex-repúblicas soviéticas. A ideia tajique estabelecer uma “política de portas abertas”, que significa cooperação aberta com todos os países do mundo. Possui boas relações com a Rússia, que possui uma base

militar no país. Em relação aos Estados Unidos, apesar do importante uso de bases militares durante a Guerra ao Terror, não houve investimentos expressivos por parte dos estadunidenses no país. Já as relações do Tajiquistão com o Irã possuem um importante papel para os iranianos dentro da Ásia Central. O vínculo entre Teerã e Dushanbe é cultural, uma vez que os tadjiques também falam a língua persa. Desde a independência do Tajiquistão, o Irã fortaleceu as relações com a nova nação e financiou a construção de várias mesquitas no país (ENGVALL, 2014).

Assim como o Tajiquistão, a República Quirguiz carece de recursos econômicos. O fato de o país também possuir poucos recursos fez com que o Quirguistão fortalecesse sua cooperação e sua parceria com países e organizações tanto no âmbito regional quanto no mundial. Biskeque acabou por adotar uma política externa multidimensional, beneficiando-se através da interação com todos os atores de sua região. Apesar do problema com o Uzbequistão, a abordagem regional da política externa quirguiz ajudou a melhorar as relações com os seus vizinhos. Atualmente, o Quirguistão possui relações estreitas com Rússia e China: a anexação de Biskeque a União Econômica Eurasiática (UEE) foi fundamental para a parceria quirguiz-russa, enquanto os chineses mantêm boas relações com o Quirguistão através de projetos hidrelétricos e em infraestrutura rodoviária, além de investimentos em setores energéticos (KAINARAZOVA, 2018).

3 A MOBILIZAÇÃO DA IDENTIDADE PERSA NA POLÍTICA EXTERNA DO IRÃ PARA A ÁSIA CENTRAL

O presente capítulo versa sobre como a identidade persa é mobilizada na política externa do Irã para o país atingir os objetivos da sua diplomacia na Ásia Central. A primeira seção ilustra como a identidade persa se insere na política externa iraniana, mostrando o histórico da narrativa identitária do Irã desde os antigos impérios passando pela Revolução Islâmica de 1979 até chegar aos dias atuais. A segunda seção tratará das relações internacionais do país com a Ásia Central, destacando quais os interesses e atitudes do Irã em relação a região. A terceira e última seção abordará a mobilização da narrativa persa por parte do Irã para a Ásia Central, destacando pontos de convergência e divergência entre ambos e ilustrando o quanto a narrativa identitária iraniana tem sucesso na região.

3.1 A IDENTIDADE NACIONAL NA DIPLOMACIA DO IRÃ

O Irã diferencia-se de seus vizinhos árabes por conta de sua etnia e história ligadas a Pérsia. Mesmo com o advento do Islã na região – introduzido após a chegada dos árabes no século VII – os iranianos não permitiram a ascensão de influências provenientes de outros povos em seus domínios. A cultura, o idioma e os valores persas nunca sucumbiram diante dos costumes árabes. Essa diferenciação com os Estados e Impérios próximos, no entanto, acentuou-se durante a Dinastia Safávida (1501-1722), onde o Islã xiita foi implementado no Irã. Entre os motivos que melhor explicam essa conversão para o xiismo pelos Safávidas, pode-se destacar a intenção do recém unificado império em criar razões para que os habitantes locais se identificassem com o novo Estado. O império procurou estimular sentimentos nacionalistas em sua população uma vez que o século XVI constituía um período de rivalidade com demais impérios próximos, exemplificadas na relação antagônica com o Império Otomano. Era uma maneira que a Dinastia Safávida buscava fazer com que o Estado fosse uma unidade política e religiosa, independente de califados e dos demais Impérios que os cercavam, garantindo assim apoio interno que seria

fundamental na sobrevivência do Irã, conhecido naquela época como Pérsia (ALTORAIFI, 2012; SERAPIÃO, 2017).

O nacionalismo persa também possui um grande valor na identidade iraniana. Como já mencionado, os persas nunca permitiriam que sua cultura fosse subjugada. Era motivo de orgulho para a etnia, mesmo com a instauração do Islã, a permanência de suas raízes culturais. O orgulho persa foi revivido durante a Dinastia Pahlevi (1925-1979). O líder Reza Xá procurou resgatar a história pré-islâmica do país, implementando uma política de nacionalismo persa, no qual misturava a identidade da nação iraniana com o povo e a língua persa. Foram feitas alterações em nomes das cidades para que a memória de heróis persas milenares fosse resgatada. No lugar do Islã, os cidadãos iranianos deveriam se identificar por sua etnia e idioma, que eram vistos como conceitos seculares mais bem aceitos com o nacionalismo moderno, fato que acabou contribuindo para o descontentamento do clero local (ALTORAIFI, 2012).

Após a abdicação de Reza Pahlevi, em 1941, ascendeu ao trono o seu filho Mohammed Reza Pahlevi. O novo monarca tratou de estreitar as relações do Irã com o ocidente, que foram favoráveis à destituição de seu antecessor em prol do novo governante⁷. Ainda que recém empossado Xá tivesse uma grande dependência do apoio externo, isso não impediu que sentimentos nacionalistas e antiocidentais emergissem dentro do Irã. A força política nacionalista no país floresceu na figura de Mohammed Mossadeq, um parlamentar que defendia que o Irã tivesse total controle de suas reservas petrolíferas, principal riqueza do país na época. Além dos nacionalistas, os islamitas e os marxistas também faziam oposição às políticas do Xá (DABASHI, 2007; SPOHR, 2013).

O petróleo no Irã era explorado pela *Anglo-Iranian Oil Company* (AIOC), petrolífera britânica que retirava cerca de 70% de sua produção do Irã e pouco se

⁷ Durante a Segunda Guerra Mundial, o Xá Reza Pahlevi foi acusado pelos Aliados de ser amigo da Alemanha. Em agosto de 1941, o Irã foi invadido por forças Soviéticas e Britânicas, que tinha o objetivo de proteger os campos de petróleo iranianos e assegurar linhas de suprimento aliadas, fundamentais na luta contra o Eixo na frente oriental. A Operação Face, nome pela qual ficou conhecida, resultou na abdicação do Xá Reza Pahlevi em favor de seu filho, Mohammed Reza Pahlevi, em setembro de 1941 (FARROKH, 2011)

preocupava em compartilhar seu lucro com os iranianos. Eleito primeiro-ministro em 1951, Mohammed Mosadeqq tratou de contestar as atividades da petrolífera britânica, exigindo a nacionalização do petróleo. Devido a enorme popularidade do primeiro-ministro, o Xá tornara-se uma espécie de figurante, tendo seus poderes políticos reduzidos significativamente. Mosadeqq então tratou de negociar a questão da aquisição com a AIOC, porém não obteve o aval de Londres. No entanto, em maio de 1951 o primeiro-ministro obteve a aprovação por parte do parlamento iraniano para extinguir a AIOC, e concluir a nacionalização das reservas petrolíferas do Irã (POLLACK, 2005; MORAES ROBERTO, 2013).

A nacionalização do petróleo iraniano desagradou profundamente o Reino Unido e os Estados Unidos. Britânicos e estadunidenses, aliados externos do xá e descontentes com as medidas de Mosadeqq, resolveram atuar contra o primeiro-ministro: em agosto de 1953, foi orquestrada uma operação para destituir Mosadeqq do seu cargo. O movimento foi planejado pela CIA e ficou conhecido como Operação Ajax, que resultou na derrubada do primeiro-ministro iraniano e restauração do xá ao controle político do Irã. O golpe militar de 1953 deixou marcas profundas na sociedade iraniana. Tratou-se de mais um ato de cunho imperialista: pela segunda vez em 28 anos um governante do país foi destituído por forças externas. Mosadeqq, um político muito popular dentro do Irã pelo seu enfrentamento aos interesses do ocidente foi derrubado justamente por seus desafetos. A insatisfação popular diante desse episódio foi o estopim de um sentimento nacionalista que floresceu nas décadas seguintes, (DABASHI, 2007; SPOHR, 2013).

Na década de 1960, o líder Mohammed Reza Xá instaurou a chamada Revolução Branca, uma tentativa reformar o Estado e transformar a sociedade iraniana. De acordo com Ansari (2003), o motivo dessa reforma foi na verdade uma tentativa de legitimar o poder do Xá. O objetivo era enfraquecer os poderosos proprietários de terra e os bazares, fazendo uma grande divisão das propriedades rurais. As reformas feitas pelo Xá irritaram profundamente os poderosos clérigos xiitas, pois elas de fato afetaram seus tradicionais poderes na área da educação e reduziram sua influência no campo. Assim, o líder do Irã optou por construir uma identidade para

o país que apelava aos elementos históricos da identidade nacional iraniana, mas que ao mesmo tempo era moderno e adotivo de valores ocidentais. Ansari (2003) ainda afirma:

Essa identidade de Estado foi a maneira como o xá queria apresentar e colocar o Irã na região e a seus aliados ocidentais. Vários Estados da região, particularmente os regimes árabes secularistas, compartilharam com o Irã o objetivo de abandonar as tradições; no entanto, a identidade pré-islâmica que ajudou a reviver o nacionalismo iraniano também reviveu antagonismos e desconfiança de seus vizinhos (ANSARI, 2003, p.230. TRADUÇÃO NOSSA).

Entre os membros do clero descontentes com as medidas do Xá, destacava-se Ruhollah Khomeini, líder espiritual xiita que era um grande crítico da Dinastia Pahlevi. Na opinião de Khomeini, a monarquia que governava o Irã era contrária aos princípios do Islã, além de ser subordinada a interesses estrangeiros. Em 1963, Khomeini, grande opositor da Revolução Branca, fez duras críticas ao Xá, afirmando que o monarca era “um homem miserável” e que “abandonou os princípios do Islã” (MOIN, 2000). O clérigo acabou preso por sua oposição ao regime e foi obrigado a se exilar na França, em 1964. No entanto, mesmo ausente do país, Khomeini viu sua popularidade aumentar no país a partir dos anos 1970, momento em que grandes camadas da sociedade protestavam contra a Dinastia Pahlevi. O advento da Revolução Branca não tornou as condições de vida da população melhores, que sofria por conta dos altos níveis de inflação do período. O resultado foi um enorme descontentamento por parte das camadas mais pobres, que naquele momento acreditavam que o melhor caminho para o país seria através do retorno dos princípios básicos do Islã (MALONEY, 2002).

Ao final dos anos 1970, a oposição ao regime de Mohammed Reza Pahlevi já se fortalecia: em 1977, as manifestações contra o governante já eram realizadas pela classe média, enquanto a classe operária aderiu ao movimento no ano seguinte. Os protestos e reações contra o xá já reunia diversos grupos dentro do Irã: intelectuais iranianos, a Frente Nacional e o Partido Tudeh (comunista), que naquele momento já apoiavam Aiatolá Khomeini para liderar o movimento que visava a derrubada da

Dinastia Pahlevi. A Revolução Iraniana teve seu desfecho triunfante em 1979, com a derrubada do Xá e ascensão de Khomeini, de volta ao país, como líder supremo da nova nação, que após a elaboração de uma nova constituição se tornou oficialmente a República Islâmica do Irã (SPOHR, 2013).

Após tornar-se oficialmente uma República Islâmica, os costumes ocidentais que haviam sido introduzidos a sociedade local durante a Dinastia Pahlevi passaram a ser hostilizados. Houve uma procura do novo governo iraniano em reproduzir somente a cultura islâmica dentro da nação, e toda a cultura ocidental presente no Irã – relacionadas a vestuário, cinema, música, costumes etc. – foram proibidas no país. Todas essas medidas foram apenas uma continuação do sentimento antiocidental que já estava presente antes mesmo da derrubada do Xá. A busca pela verdadeira autenticidade cultural aliada a rejeição das práticas consideradas “imperialistas” acabou sendo cultivada dentro do Irã. A revolução trouxe consigo o sentimento iraniano de humilhação frente aos outros países, fato que acabou se tornando um pilar essencial para a compreensão da política externa do Irã. O Aiatolá Khomeini passou a ter a última palavra quanto às relações internacionais do Irã: ele promoveu o conceito de *vilāyat-i faqīh*, uma doutrina política na qual o clero xiita fica no centro da tomada de decisões do país (MALONEY, 2002).

O período após revolução trouxe a tona uma contradição dentro da política externa do Irã, que emergiu após o triunfo da revolução de 1979 no discurso iraniano. Inicialmente, em contexto na Guerra Fria, o governo do Irã afirmou que seu país não integrava “nem oeste, nem leste”, numa clara referência às duas superpotências Estados Unidos e União Soviética e o não alinhamento a elas. Mesmo parecendo um discurso completamente neutro, essa narrativa não condizia com a real prática iraniana. A posição do Irã ficou exemplificada quando, ainda em 1979, a embaixada dos Estados Unidos em Teerã foi tomada por manifestantes pró-revolução⁸. A prática em si não foi um ato promovido pelo governo, mas Khomeini demonstrou apoio ao

⁸ Em 4 de novembro de 1979, a embaixada estadunidense em Teerã foi tomada por estudantes que fizeram diplomatas e funcionários reféns. Os manifestantes exigiam que o Xá retornasse ao Irã para ser julgado por seus crimes durante o período da monarquia. Após muitas negociações, a crise teve fim em janeiro de 1981, e após 444 dias os reféns foram libertados.

movimento. O Irã mostrou que, na teoria, o discurso era de neutralidade, mas que na prática havia um claro antagonismo em relação ao ocidente, uma vez que essa crise foi o marco inicial das relações antagônicas entre Teerã e Washington (MALONEY, 2002).

Em setembro de 1980 tem se início a Guerra Irã-Iraque, quando as forças iraquianas invadiram a província iraniana do Cuzistão. Os iraquianos queriam se aproveitar do ambiente caótico pós-revolucionário Iraniano para anexar a província, rica em petróleo, e para evitar que o Irã pudesse exportar sua revolução para o Iraque⁹. Apesar de uma desvantagem inicial, o Irã conseguiu retomar sua província ainda em 1982, ainda que o país lutasse completamente isolado internacionalmente contra o Iraque, apoiado logisticamente por países como Arábia Saudita, Estados Unidos e Reino Unido. O conflito prolongou-se por oito anos e não teve um vencedor: com a resolução 598 da ONU, foi determinado um cessar-fogo e as fronteiras de ambos os países voltaram a configuração pré-guerra.

O conflito entre Irã e Iraque, ainda que não tenha proporcionado nenhum ganho territorial ou político, foi de profunda importância para consolidar o governo iraniano. A guerra teve um grande impacto no Estado Iraniano e em sua identidade nacional, uma vez que ela gerou um grande apoio popular pelo esforço de guerra e serviu para consolidar o governo revolucionário. Durante o conflito, foram evocados vários símbolos e imagens religiosas históricas para fornecer apoio tanto ao governo quanto ao exército iraniano, aumentando assim o nacionalismo. A guerra fez com que o Irã se visse novamente como uma potência regional, e também foi responsável pela “autoimagem do iraniano”, a respeito de sua percepção do mundo (MALONEY, 2002).

⁹ O Iraque em 1980 era governado por um muçulmano sunita, Saddam Hussein, que temia que a população xiita local (maioria) se rebelasse contra seu governo, motivados pelo sucesso da Revolução Iraniana.

3.2 A ÁSIA CENTRAL NA POLÍTICA EXTERNA IRANIANA

A Ásia Central sempre ocupou um lugar relevante na geopolítica do Irã. Fruto de uma conexão histórica que remonta os sucessivos impérios que hoje fazem parte do atual território iraniano, a Ásia Central também é considerada parte do lar comum onde os povos do Irã teriam se originado. Com a independência das repúblicas centro-asiáticas após o colapso soviético, os iranianos procuraram logo estabelecer relações diplomáticas com os cinco novos países da região, justificando essa aproximação através dos laços históricos que possuía com a Ásia Central. O interesse de Teerã em conectar-se com as repúblicas centro-asiáticas se estende até os dias atuais, ainda que durante esse período o país tenha oscilado em busca de seus objetivos, seja por fatores internos a Ásia Central, seja por fatores internacionais (WASTNIDGE, 2016).

No início dos anos 1990, o Irã ainda sentia os efeitos econômicos resultados da guerra travada com o Iraque, que teve fim em 1988. Além disso, desde a crise dos reféns estadunidenses de 1979, o país enfrentava um isolamento internacional liderado pelos Estados Unidos. Frente a esses problemas, o então presidente iraniano Akbar Hashemi Rafsanjani (1989-1997) tinha como objetivo reinserir o Irã no sistema internacional. A comercialização do petróleo iraniano era fundamental para o país reduzir seus problemas econômicos. Buscando esse objetivo, o presidente Rafsanjani instaurou uma política externa pragmática, onde seu principal objetivo era a melhora das relações de Teerã com o resto do mundo. A diplomacia iraniana tratou então de retomar laços com seus vizinhos árabes e de construir relações com as demais nações geograficamente próximas, como os países do Cáucaso e Ásia Central (ARJOMAND, 2009; SPOHR, 2013).

Inicialmente, o Irã deu grande importância ao desenvolvimento de uma maior cooperação econômica com a Ásia Central, dando ênfase em organizações como OCE (Organização de Cooperação Econômica), OCX - na época ainda Cinco de Xangai - e nos acordos bilaterais com os países da região. O objetivo de Teerã era se colocar com um ator racional e confiável, para que fosse possível estabelecer relações e

cooperação com os países da Ásia Central, com o intuito de diminuir os efeitos que o isolamento internacional e a crise econômica causavam no país. Os recém independentes países centro-asiáticos ofereceram potenciais parceiros comerciais para o Irã, além de serem vitais para a estabilidade e segurança regionais. Wastnidge (2016) também destaca um importante fator presente nas discussões que aparece nas discussões envolvendo iranianos e centro-asiáticos. O autor afirma:

Um ponto-chave que freqüentemente surge quando se discute as relações do Irã com a Ásia Central é sua localização geoestratégica, e os líderes do Irã estão dispostos a aproveitar essa vantagem percebida. Como tal, o Irã é freqüentemente descrito como formando uma "ponte" ou "porta de entrada" para os Estados da Ásia Central, sem litoral, para o Oceano Mundial. Isso é particularmente útil para Estados ricos em recursos, como o Cazaquistão e o Turcomenistão, já que o Irã fornece as rotas mais curtas para que seus hidrocarbonetos atinjam o mercado mundial (WASTNIDGE, 2016, p. 5, TRADUÇÃO NOSSA).

O ministério das relações exteriores do Irã estabeleceu em 1992 o Centro de Estudos para a Ásia Central e Cáucaso, demonstrando rapidamente seu interesse em obter informações que pudessem auxiliar o objetivo iraniano a obter boas relações com a região. O Irã também esteve presente na questão da Guerra Civil Tajique (1992-1997), onde procurou mediar o conflito para que houvesse uma solução pacífica para o mesmo. Apesar do grande receio governo do Tajiquistão em aceitar uma possível interferência dos iranianos, Teerã procurou atuar apenas na resolução pacífica da guerra e não deu suporte a oposição do governo de Emomali Rahmon, diferente de outros grupos do Oriente Médio que o fizeram. Supõe-se ainda que mesmo com o caráter islâmico que a Oposição Tajique Unida possuía, o Irã julgou melhor trabalhar pela resolução pacífica da Guerra Civil no Tajiquistão, uma vez que o apoio ao grupo opositor poderia diminuir a segurança regional, trabalhando assim contra os interesses de Teerã (WASTNIDGE, 2014).

A questão das sanções internacionais impostas pelos Estados Unidos sempre foi um fator prejudicial para o Irã em suas tentativas de expandir sua influência na Ásia Central, principalmente durante os primeiros anos de existência das repúblicas centro-asiáticas. Ainda que a política externa pragmática da Rafsanjani tenha prosseguido durante a presidência de seu sucessor Mohammad Khatami (1997-2005), Teerã ainda

contou com limitações ao tentar alcançar seus objetivos na Ásia Central (EFEGIL & STONE, 2001). Os ataques do 11 de setembro foram um fator desestabilizador para que o Irã prosseguisse com sua política externa pragmática, pois a Guerra ao Terror lançada pelos estadunidenses modificou a dinâmica da região e dificultou o diálogo do Irã com os demais países¹⁰ (ARJOMAND, 2009; SPOHR, 2013).

O Irã também ocupa uma posição importante para os países da Ásia Central. Ausente de litoral, as repúblicas centro-asiáticas são dependentes de boas relações com os vizinhos para que obtenham acesso ao mar. Com o Irã localizando-se ao sul da Ásia Central e com acesso ao oceano Índico, o país torna-se muito importante para o escoamento dos produtos da região, principalmente os recursos energéticos provenientes de alguns dos países da Ásia Central, que possuem um interesse mundial. Por esse motivo, as rotas de gasodutos são questão-chave na política do Irã para a região, e o Turcomenistão atrai bastante interesse aos iranianos. As grandes reservas de gás natural em território turcomeno - único país da região a compartilhar fronteira com o Irã - necessitam de gasodutos para que essa matriz energética seja escoada para outras regiões do mundo. Teerã financiou a construção de gasodutos no Turcomenistão, com destaque ao conhecido como *Dauletabad – Sarakhs – Khangiran*, construído em 2010 e que permite que o gás turcomeno chegue a Turquia e Europa via Irã, o que reduz a dependência do Turcomenistão em relação aos gasodutos da Rússia (WASTNIDGE, 2016).

O Mar Cáspio possui enormes reservas de gás natural e principalmente petróleo, o que torna necessário um escoamento desses recursos através de uma saída para o mar. Por essa razão, o Irã também tem desenvolvido suas relações com o Cazaquistão. Houve um acordo entre Nursultan e Teerã que definiu a troca de crédito na venda de petróleo. Quantidades pequenas desse hidrocarboneto são trazidas desde o Cazaquistão via Mar Cáspio e entram no sistema de gasodutos iranianos, no norte do país, e abastecem a região, ao passo que uma quantidade equivalente é

¹⁰ Na 53ª Assembleia Geral da ONU, o presidente do Irã Mohammad Khatami introduziu a ideia de que 2001 era o “Ano do Diálogo entre Civilizações”. Khatami sugeriu que o novo milênio se iniciasse com harmonia e cooperação entre as nações, independente da diversidade cultural ou civilizatória (SPOHR, 2013).

vendida em terminais petrolíferos iranianos no Golfo Pérsico em nome do Cazaquistão (EFEGIL & STONE, 2000; WASTNIDGE, 2016).

3.3 A MOBILIZAÇÃO DO DISCURSO PERSA PARA A ÁSIA CENTRAL

Os vínculos culturais são um assunto bastante utilizado pelo Irã na sua política externa, com distintos focos para diferentes regiões. Após a revolução islâmica de 1979, o Islã revolucionário foi altamente valorizado por membros do Estado, sendo considerado por eles como a característica definidora da identidade iraniana pós-revolução. No entanto, o nacionalismo persa também permaneceu visível durante esse período. Aspectos da identidade do Irã foram utilizados pelos líderes do país desde então, seja para definir ou justificar prioridades. O discurso identitário iraniano afeta o modo de como Teerã interage com os demais países, ilustrando o desenvolvimento de relações positivas ou negativas de acordo com a identidade de outra nação. O Irã possui uma enorme tendência a estabelecer laços com países que possuem um componente islâmico ou iraniano em comum, como por exemplo o Afeganistão e o Tajiquistão. Em contrapartida, o Irã apresenta dificuldades em estabelecer boas relações com os Estados Unidos, uma vez que a sua retórica antiocidental e antiimperialista - características permanentes da identidade social iraniana - inibe o entendimento entre Teerã e Washington (AKBARZADEH e BARRY, 2016).

A semelhança cultural e histórica entre o Irã e a Ásia Central é um fator que estimula Teerã a interagir com os países da região. Os iranianos contam com linguagem comum, religião, grupos étnicos comuns, poetas e celebridades, além de possuírem tradições culturais compartilhadas com os Estados da Ásia Central (AZEDI, 2015). Como visto anteriormente, os iranianos desde 1991 procuraram construir relações com as repúblicas centro-asiáticas, e desde então buscam se apoiar na narrativa identitária para alcançarem seu objetivo. As ligações históricas entre Irã e Ásia Central remetem ao século VI a.c. e ao Império Aquemênida, que dominava a região no período. A cidade de Bucara, no atual Uzbequistão, é considerada uma referência histórica da cultura e da literatura persa. Apesar da introdução da cultura

Turca na região durante os séculos X e XI - conhecida como Turquificação - o persa permaneceu como idioma da ciência, literatura e diplomacia da Ásia Central. Ademais, parte dos territórios localizados no sul da Ásia Central estiveram sob domínio iraniano durante o controle do império Safávida, permanecendo nessa situação até a expansão russa do século XIX (WASTNIDGE, 2014).

Tendo em vista o passado histórico em comum, o Irã dos anos 1990 procurou resgatar sua conexão com a Ásia Central. O período que se refere a independência das repúblicas centro-asiáticas coincidiu com a política externa pragmática de Akbar Rafsanjani, e o referencial identitário imediatamente passou a ser utilizado por Teerã para estabelecer laços com os novos estados independentes. No caso da Ásia Central, o Irã deu preferência a mobilização do discurso histórico iraniano, que remonta a grande civilização persa, uma vez que os recém independentes países da região ainda estavam temerosos quanto a ideia do islã político. Além disso, o sentimento islâmico inicial que havia na Ásia Central não era muito receptivo ao xiismo proveniente de Teerã, uma vez que o território centro-asiático é uma região predominantemente sunita (WASTNIDGE, 2014).

O idioma persa é uma ferramenta frequentemente utilizada por Teerã para ilustrar o passado em comum com os países da Ásia Central. Embora ele seja a língua principal apenas do Tajiquistão, o persa também é visível em outros países da região: ainda que o idioma oficial do país seja o turcomeno¹¹, muitas etnias do Turcomenistão são familiarizadas com o persa, principalmente em torno da cidade de Merv e da capital Asgabate, cidade que tem seu nome oriundo do idioma (HASAN-NIA e ALBOUGHABISH, 2011). Nas cidades uzbeques de Samarcanda e Bucara, é viável se comunicar com boa parte da população local em persa. No Cazaquistão e no Quirguistão, além de ser possível encontrar pessoas falando a língua, um número abundante de palavras dos idiomas locais é proveniente do idioma persa (AZADI, 2015).

¹¹ O turcomeno é um idioma originário do norte do Irã, local onde possui cerca de 700 mil falantes (AKBARZADEH e BARRY, 2016)

Embora a língua persa seja utilizada por Teerã para reforçar laços culturais com a Ásia Central, essa ferramenta possui limitações por conta de não ser o idioma predominante na região. Como afirmam Akbarzadeh e Barry (2016), os iranianos veem o termo “Irã” com mais conotação e importância do que a referência “Pérsia”. Para muitos da região, ser “iraniano” não significa necessariamente ser “persa”. A Dra. Emília Nercissians, membra sênior da faculdade de Antropologia da Universidade de Teerã e citada pelos autores, afirma que parte dos falantes da língua persa confundem ser persa com ser iraniano, mas que outros grupos - como armênios e azeris¹² - denominam-se iranianos mas que falam outros idiomas. É por esse motivo que as autoridades do Irã costumam realçar “a grandeza da antiga civilização iraniana”, pois assim consegue-se abranger a todos os iranianos, e não apenas os falantes de persa (AKBARZADEH e BARRY, 2016).

A comemoração do ano novo persa, conhecido como Noruz, une todos os países da Ásia Central. Considerado Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, o Noruz é festejado há mais de 3000 anos sempre no equinócio de primavera, entre 21-24 de março. Essa tradição cultural “promove valores de paz e solidariedade entre gerações e no interior das famílias, auxiliando a diversidade cultural e a amizade entre os povos e diferentes comunidades” (UNITED NATIONS, 2009). No Uzbequistão, o ano novo persa é considerado feriado, assim como Cazaquistão, Quirguistão e Turcomenistão, que também celebram o Noruz com cerimônias e comemorações. Mesma situação ocorre no Tajiquistão, onde a população local elogia o Noruz como “um sinal de amizade” entre os povos da região. Vale ressaltar que o orgulho persa é muito presente em Dushanbe, onde a estátua de Ferdusi - poeta considerado recriador do idioma persa - substituiu o monumento a Vladimir Lenin após a independência da República Tajique (AZEDI, 2015).

Mesmo que na Ásia Central a religião se diferencie-se por conta do sectarismo iraniano, Teerã também utiliza o Islã para reforçar vínculos com as repúblicas centro-asiáticas. Porém, o Irã apresenta sua política externa como baseada no interesse de

¹² Povos de origem turca e predominantemente xiitas que habitam principalmente o Irã e o Azerbaijão.

todos os muçulmanos. Isso é exemplificado por Teerã na questão Palestina, uma vez que esse é um tema que acaba por unir toda a causa muçulmana. O xiismo é explicado por Teerã como o Islã iraniano, uma vez que o país busca minimizar o sectarismo¹³. O Irã também promove sua relação com o islã como legítima, não extremista e sem tendência aos muçulmanos em relação aos não-muçulmanos (AKBARZADEH e BARRY, 2016). O país enfatiza sua mediação da Guerra Civil Tajique como grande exemplo de colaboração, uma vez que segundo os iranianos eles atuaram como negociadores justos e baseando sua conduta na justiça do Islã ao invés de impulsioná-lo. Akbarzadeh e Barry (2016) chegam à seguinte conclusão:

Os formuladores de políticas iranianas se referem à guerra civil tajique como uma demonstração da capacidade do Irã de desenvolver soluções práticas para problemas de divisão que transcendem sua seita xiita, mas também derivam de sua moderada percepção (AKBARZADEH e BARRY, 2016, p.16, TRADUÇÃO NOSSA).

O Ministério da Cultura e Orientação Islâmica, instituição governamental iraniana, possui um órgão chamado Organização Cultura e Relações Islâmicas (OCRI), principal responsável pelo alcance cultural fora do Irã. O OCRI busca promover laços culturais com outros países e comunidades, apresentando a cultura e a civilização iraniana. O órgão participa ativamente na diplomacia cultural do Irã com os demais países da Ásia Central. Devido ao forte vínculo da cultura e do idioma em comum, o Tajiquistão acaba sendo o principal foco iraniano em sua projeção na Ásia Central. Porém, a atividade do OCRI é presente em todos os países da região (WASTNIDGE, 2014).

O OCRI abriu seu próprio centro cultural no Turcomenistão, em 1999, e no Quirguistão, em 2010. O objetivo desses espaços é a expansão de suas atividades a ponto de incluir aulas de persa, expor livros, arte e filmes provenientes do Irã. Ações para promover importantes figuras culturais foram realizadas no Turcomenistão e no Quirguistão. Em conjunto com o Ministério da Cultura Turcomeno, o OCRI realizou

¹³ Acusado de ter uma agenda sectária, inclusive sendo condenado por “disseminar o xiismo em terras sunitas”, o Irã busca depreciar esse discurso. Teerã cita sua aliança com o Hamas para comprovar o seu engajamento com o Islã, uma vez que o Hamas é um movimento sunita originário da Irmandade Muçulmana (AKBARZADEH e BARRY, 2016).

uma conferência em abril de 2005 para homenagear o poeta de língua persa Anvari (1126-1189), nascido no atual Turcomenistão. O órgão iraniano também patrocinou, conjuntamente com a embaixada do Tajiquistão em Bisqueque, a tradução dos versos do poeta e matemático Omar Caiam (1048-1131). Esse símbolo cultural comum na figura de importantes poetas possibilitou essa ação conjunta provenientes do Irã com turcomenos e quirguiz. Os esforços do Irã em promover laços culturais com Quirguistão e Turcomenistão demonstram que a cultura é capaz de estimular boas relações de Teerã com demais Estados da Ásia Central (WASTNIGDE, 2014).

As ações do OCRI no Cazaquistão e no Uzbequistão são mais discretas. As atividades culturais do Irã na República Cazaque têm sido ofuscadas por conta da cooperação energética, que atrai mais foco entre ambos os países. Ainda assim, o OCRI promove semanas culturais anuais no Cazaquistão desde 1996, promovendo a arte, filmes e pesquisas científicas do Irã. Nursultan também promove sua cultura em terras iranianas, ainda que de maneira modesta. O foco cazaque é na cidade de Gorgan, onde possui um centro cultural e, desde 2009, um consulado. Embora o intercâmbio cultural com o Cazaquistão exista, essa promoção iraniana com o país é pouco intensa. No entanto, o incentivo a cultura é ainda mais difícil no Uzbequistão, onde a atividade do OCRI se restringe a embaixada em Tashkent. O motivo dessa baixa integração cultural em território uzbeque se explica pelas relações históricas moderadas entre Teerã e Tashkent. O Irã é um grande aliado do Tajiquistão, que como já debatido anteriormente possui histórico conflituoso com o Uzbequistão. Além disso, o ex-presidente Islam Karimov relacionava a cultura uzbeque como ligada a turca, afastando Tashkent de ligações persas. O sucesso baixo do vínculo cultural promovido pelo Irã no Uzbequistão ilustra que as relações culturais podem ser estremecidas por relações geopolíticas conflitantes (WASTNIDGE, 2014).

O vínculo cultural mais profundo que o Irã possui na Ásia Central é com o Tajiquistão. Dentre os cinco países da região, a semelhança histórica, cultural e linguística é mais forte com Dushanbe, e Teerã as utiliza com o intuito de desenvolver boas relações com o país. O OCIR em Dushanbe é um dos institutos culturais mais ativos do Irã no exterior, demonstrando que o Tajiquistão é o principal foco do Irã na

Ásia Central. A promoção da cultura iraniana acontece oficialmente desde 1993, e desde então o Irã adotou algumas medidas para impulsionar as relações com o Tajiquistão, como o “Memorando de Entendimento”, que possibilitou o intercâmbio de estudantes e professores universitários entre os dois países. Teerã também financiou o ensino persa através da Organização do Idioma Farsi¹⁴, que nesse caso incluía Tajiquistão e Afeganistão (SAKHIR, 2017).

Líderes iranianos, independentemente de suas agendas possuírem caráter mais radical ou moderado, enfatizaram em várias oportunidades a intenção do Irã em ter o Tajiquistão como um importante aliado. O “diálogo entre civilizações” promovido por Khatami foi um marco na política externa do Irã e possibilitou maior aproximação com os seus vizinhos através da promoção de valores históricos. Ainda que seu sucessor tenha sido Mahmoud Ahmadinejad (2005-2013) - considerado um presidente radical - a ênfase na política de promoção cultural permaneceu. Ele foi considerado como líder capaz de resgatar os vínculos persas que o Irã possuía com o Tajiquistão (e Afeganistão), realizou várias viagens a Dushanbe durante seu mandato e adotou medidas como por exemplo a formação de um Centro Cultural na Universidade de Nasir Khusraw, no Tajiquistão, que financiou computadores, livros e demais materiais de estudo (WASTNIDGE, 2014).

As relações do Irã com o Tajiquistão sob o governo Hassan Rouhani (2013-atualmente) se deterioraram em 2015. Segundo Sakhir (2017), o declínio no vínculo entre Dushanbe e Teerã se deu por quatro motivos: a acusação tajique de interferência iraniana na guerra civil de 1992, a secularidade do regime do Tajiquistão, o caso de disputa financeira envolvendo o empresário iraniano Babak Zanjani¹⁵ e o possível apoio do Irã a opositores do governo de Emomali Rahmon. O governo do Tajiquistão

¹⁴ Inicialmente o Irã também procurou promover o alfabeto persa. No entanto, essa prática não obteve resultados satisfatórios uma vez que a população tajique já era muito familiarizada com o alfabeto cirílico, resultado da influência soviética (WASTNIDGE, 2014)

¹⁵ O judiciário iraniano sentenciou Zanjani a morte em 2016, depois que o empresário foi acusado de vender petróleo iraniano e não repassar a receita das vendas ao governo, configurando desvio de dinheiro público. Além disso, Teerã afirmou que os bens do empresário se encontravam no Banco Nacional Tajique, o que Dushabe negou veementemente, ocasionando desacordo entre as duas partes (SAKHIR, 2017).

foi responsável pela criação de documentários que atacavam o governo iraniano, acusando Teerã de acolher integrantes do Partido do Renascimento Islâmico (PRI)¹⁶ para lhes fornecer ajuda financeira e treinamento militar dentro de seu território. Já o Irã convidou o principal líder do PRI, Muhiddin Kabiri, para participar, em 2015, da 29ª Conferência Internacional da Unidade Islâmica, realizada em Teerã. Foi um marco essencial que simbolizou o declínio das relações entre ambos os países, pois tal atitude descontentou o governo de Dushanbe, que naquele mesmo ano banuiu o PRI do território tajique e passou a considerá-lo como um grupo terrorista (SAKHIR, 2017).

Atualmente, o acordo para o término da construção do túnel Istiqlol, no Tadjiquistão, parece trazer as relações entre Teerã e Dushanbe a um novo patamar. Ambos os países concordaram em pagar US\$ 4 milhões cada para a conclusão da obra, que é importante para a infraestrutura tajique, já que o túnel liga Dushanbe à segunda maior cidade do país, Khujand. O período atual traz grandes dificuldades para o Irã, uma vez que os Estados Unidos retiraram-se do Plano de Ação Conjunta Global (PACG) em 2018 e impuseram novamente sanções econômicas sobre Teerã. Por conta desse fato, o Irã tem procurado alternativas para superar o isolamento e, por esse motivo, regiões como a Ásia Central podem ajudar a aliviar o problema para os iranianos, o que justifica a melhoria nas relações com o Tadjiquistão (PUTZ, 2019).

¹⁶ O Partido do Renascimento Islâmico era um dos quatro partidos políticos que compunham a Oposição Tadjique Unida durante a Guerra Civil Tadjique. Os demais eram: Partido Democrático do Tadjiquistão, Rastakhiz e Lali Badakhshan.

4 A MOBILIZAÇÃO DO DISCURSO WAHABITA NA POLÍTICA EXTERNA SAUDITA PARA A ÁSIA CENTRAL

O presente capítulo tem como objetivo ilustrar como a Arábia Saudita mobiliza sua identidade wahabita para obter ganhos em suas relações com a Ásia Central. A primeira seção aborda a questão da construção da identidade saudita, que inicialmente foi um desafio para o Estado uma vez que essa construção identitárias por parte da Arábia Saudita era vista como vital para a sobrevivência do país. A segunda seção mostra como se demonstram as relações entre Arábia Saudita e os países da Ásia Central, abordando as primeiras relações de Riad com a região, e posteriormente mostrando os interesses e ações dos sauditas, desde a independência das repúblicas centro-asiáticas até o presente. Por fim, a última seção mostra o discurso wahabita por parte da Arábia Saudita e se de fato essa narrativa traz benefícios ou não para o reino da Família Al-Saud.

4.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SAUDITA

A história da formação da Arábia Saudita conta com dois antecedentes históricos importantes que explicam a chegada da Família al-Saud ao poder. Duas tentativas anteriores de formar um grande Estado saudita ocorreram nos séculos XVIII e XIX, e as características e a ideologia daqueles Estados motivaram a formação do reino atual. O primeiro Estado Saudita data o século XVIII, quando o então emir da cidade de Al-Diriyah, Mohammad ibn Saud aliou-se ao idealizador do wahabismo, Mohammad bin Abdul-Wahhab. Em 1744, al-Wahhab preocupava-se em purificar o Islã e aplicar a interpretação completa da *sharia*, a lei islâmica, e para isso ele precisava do apoio de uma autoridade política. Após ser expulso de dois assentamentos em Najd, por ser considerado herége e radical, o reformador chegou a Al-Diriyah com a esperança de convencer o líder local, Mohammad ibn Saud, a adotar seus ideais. O governante fez um acordo com al-Wahhab e concordou em apoiar a demanda do reformador por uma *jihad*, guerra contra os incrédulos não-muçulmanos

e contra muçulmanos que não estavam de acordo com os ensinamentos do religioso (AL-RASHEED, 2010).

Após a aliança entre Saud e Al-Wahhab, formou-se o Primeiro Estado Saudita em 1744. A partir de seu centro, Najd, o emirado foi expandindo-se por toda a Península Arábica, aterrissando nas cidades islâmicas sagradas de Meca e Medina, em 1803, e chegando também ao sul da península, próximo ao Golfo de Áden. A expansão do reino de Saud não foi bem aceita por outros Estados, como o Império Otomano e a Inglaterra, principal potência da época. Os otomanos trataram de recuperar o domínio das duas cidades sagradas e atacaram os Saud, que foram perdendo força e, posteriormente, acabaram expulsos de Meca e Medina, buscando refúgio em Najd até serem derrotados e subjugados pelo Egito de Muhammad Ali, em 1818 (LACEY, 2009; SPOHR, 2013).

O Segundo Estado Saudita se formou em 1824, após Turki ibn Abdullah ibn Mohammad, neto do fundador Mohammad ibn Saud, expulsar os egípcios e seus aliados de Riad, local onde ele estabeleceu o novo reino. No entanto, ao longo de 67 anos de existência (1824-1891), o Estado presenciou diversas disputas internas entre membros sucessores da dinastia, as quais atravancaram a estabilidade e a expansão do reino, que nunca atingira a expansão do seu antecessor. Além disso, o crescimento da dinastia Rashid, que localizava-se ao norte de Najd, impediu o prolongamento do segundo Estado saudita. Na batalha de Mulaida, em 1891, a Casa de Saud foi expulsa de Riad pelos Rashids, refugiando-se no Bahrein, inicialmente, passando pelo Catar até se estabelecerem no Kuwait (AL-RASHEED, 2010).

Ainda que as duas tentativas de formar um grande Estado tenham fracassado, os membros da família al-Saud não desistiram de formar um grande reino na Península Arábica. Sob a figura de Abd al-Aziz Al Saud, os reinos de Najd e Hijaz já estavam sob domínio de Saud em 1926, ano em que os britânicos reconheceram a legitimidade do reino. Posteriormente, com as conquistas de Asir, ao sul, e Hasa, na parte oriental, grande parte da Península estava nas mãos da família al-Saud. O intuito de Ibn Saud, como também era conhecido o líder saudita, era justamente formar uma monarquia

hereditária legítima que segue os moldes dos outros dois reinados da dinastia al-Saud, provenientes dos séculos anteriores. A unificação dos quatro reinos completou-se em 1932, oficializando o Reino da Arábia Saudita, com ibn Saud tornando-se seu primeiro rei. O novo estado optou por seguir e expandir a ideologia comum a seus antepassados, o wahabismo, para que se criasse um senso de identidade entre os povos do novo reino (AL-RASHEED, 2010; BORGES, 2019).

A concessão da exploração de recursos energéticos cedida a *Standard Oil of California* (SOCAL) foi resultado de um acordo com empresas estadunidenses para tais realizações. O resultado foi a descoberta de petróleo em março de 1938, na província oriental de Dammam, que acabou sendo um marco profundo para a sociedade saudita. A SOCAL foi transformada em ARAMCO (*Arabian-American Oil Company*) em 1944, e a esta empresa foram cedidos os direitos de exploração dos campos de petróleo recém descobertos. A Arábia Saudita, que antes da descoberta dos hidrocarbonetos era um país de recursos escassos, aumentou vertiginosamente as suas receitas através da venda do petróleo, o que contribuiu para todo um remodelamento e melhoramento do aparato estatal saudita. Riad agora possuía recursos para integrar economicamente todo o país, aumentando a capacidade do governo central de controlar comunidades que até então encontravam-se isoladas, principalmente sob a figura de tribos. Além disso, boa parte do mundo rapidamente tornou-se dependente do petróleo proveniente da Arábia Saudita, o que intensificou as relações internacionais do país e, conseqüentemente, aumentou o contato dos sauditas com outros Estados (AL-RASHEED, 2010).

A narrativa wahabi proveniente do Estado saudita acabou não sendo apenas uma doutrina religiosa fundamentalista, capaz de chegar a locais impondo leis ou ensinamentos em nome do Islã. O discurso wahabita da Arábia Saudita tampouco era um movimento reformista surgido em um período específico da história saudita. Os ensinamentos wahabis se tornaram uma religião estatal, ou seja, foi a forma do Islã utilizada para defender os interesses do Estado e sua dinastia governante. Por esse motivo o wahabismo contava com um status protegido, já que era patrocinado por um

poder político, que desde o início de sua história foi relacionado com a Família al-Saud (NEVO, 1998).

Diferente de outros Estados árabes, a constituição do Estado saudita não foi a reunião de etnias comuns, ou então resultado de uma grande civilização. Por esse motivo, o país carecia de uma representação identitária nacional clara, o que tornava o país vulnerável em um período incerto devido a unificação recente. As ramificações presentes no território saudita na figura de outras tribos e demais grupos religiosos, como intelectuais apoiadores de reformas ou até mesmo os xiitas da Província Oriental, eram considerados ameaças para a identidade do reino. Portanto, além da expansão da narrativa religiosa, o governo central saudita adotou uma política de formação de alianças matrimoniais, tentando conciliar as diferenças entre as tribos presentes em seu território, principalmente nas regiões de Hasa, Najd e Hijaz. No entanto, ainda eram incertos os resultados dessas tentativas de promover o viés identitário comum em todo o território. (AL-RASHEED 2010).

O período de governo do Rei Faisal bin Abdulaziz Al Saud (1963-1975) trouxe um desafio interno a Arábia Saudita. Durante o seu reinado, Faisal foi capaz resgatar as finanças do país e implementar uma política de modernização interna. Altoraiifi (2012) destaca que o monarca dedicou esforços a fim de modernizar seu país, mas ao mesmo tempo foi capaz de fortalecer o estabelecimento religioso na Arábia Saudita e os códigos da lei islâmica em Riad, duas metas que eram consideradas contraditórias. Nesse mesmo período, a classe trabalhadora emergiu e passou a exigir mais participação na política do país, ao mesmo tempo que outros países da região, que impulsionavam o movimento nacionalista árabe principalmente na figura do líder egípcio Gamal Abdel Nasser, tinham potencial para se infiltrar na Arábia Saudita e promover suas ideologias, com o intuito de enfraquecer a Estado saudita. O equilíbrio desenvolvido por Faisal através de reformas modernizantes e fortalecimento das instituições religiosas foram fundamentais para a manutenção do aparato estatal saudita. As décadas seguintes mostraram que, ainda que houvesse dúvida quanto às medidas adotadas por Faisal, a identidade saudita sobreviveu e o Estado floresceu contra todas as probabilidades (ALTORAIFI, 2012).

A Arábia Saudita sempre destacou os seus princípios wahabitas a frente das demais ideologias. Porém, os sauditas ainda se consideravam árabes, o que levantava pontos em comum com os seus vizinhos. Segundo Darwich (2014), o chamado pan-arabismo, no entanto, nunca foi observado positivamente pela Arábia Saudita, uma vez que os sauditas buscavam diferenciar-se dos seus vizinhos por temer que “qualquer ideologia semelhante a sua poderia constituir uma ameaça crítica a singularidade e distinção do Estado” (DARWICH, 2014, p.13, TRADUÇÃO NOSSA). Ao invés desse conceito, Riad optou, no reinado de Faisal, pelo discurso pan-islamista, onde orgulhava-se de ser o único país muçulmano a ser governado pelos princípios da *sharia* (DARWICH, 2014).

A ideia saudita de diferir-se de outros Estados do Oriente Médio moldou-se com novos acontecimentos que afetaram a dinâmica regional e ilustraram diferentes focos a identidade do país. A noção de pan-islamismo sofreu um revés com o triunfo da Revolução Iraniana de 1979. Naquele momento, o Irã se auto intitulou um Estado capaz de unificar todos os povos islâmicos, contestando a posição saudita. Já que Teerã possuía uma identidade xiita, a Arábia Saudita logo tratou de reorientar seu enfoque identificando-se como líder dos países islâmicos sunitas, afastando-se da ideia pan-arabista e rejeitando completamente o xiismo (DARWICH, 2014).

Por décadas, o Reino da Arábia Saudita empregou o viés anti-xiita buscando unir os países do ramo sunita. No entanto, a Primavera Árabe de 2011 resultou na ascensão da Irmandade Muçulmana no Egito, grupo também adepto ao sunismo e que ascendeu ao poder no país com a eleição de Mohammed Morsi para a presidência, em 2013. Como nos casos anteriores, Riad também se preocupou com a abordagem imposta pela Irmandade Muçulmana, pois considerava a narrativa identitária do grupo semelhante a sua, o que novamente foi considerada uma ameaça para a Arábia Saudita. A partir daquele momento, a representação de única líder do mundo muçulmano sunita foi questionada. O Egito gerou um grande desafio para a existência do Estado saudita, tornando-se uma ameaça em nível doméstico e que alimentou vozes dentro do reino (AL-RASHEED, 2013).

Diferente do período pós Revolução Iraniana de 1979, quando o Estado saudita apenas deu enfoque ao seu ramo sunita, a ascensão da Irmandade Muçulmana no Egito trouxe um desafio muito mais grave a Arábia Saudita. Isso porque inicialmente Riad se auto intitulou como dona do verdadeiro movimento Salafi, alimentando uma narrativa que alegava que o Egito não possuía raízes salafitas. Ainda que o governo de Morsi tenha sido derrubado em 2013, e que a Irmandade Muçulmana tenha sido considerada um grupo terrorista pelo governo sucessor, a Arábia Saudita sentiu necessidade de resgatar sua identidade única. Com a pretensão de criar uma nova identidade que fosse distinta, Riad procurou dar ênfase não apenas no fato de ser um líder dos países sunitas mas também um país defensor das ideias wahabitas, que passou a ser o foco da narrativa identitária da Arábia Saudita (DARWICH, 2014).

4.2 A ÁSIA CENTRAL NA POLÍTICA EXTERNA SAUDITA

A Arábia Saudita foi um dos primeiros países a reconhecer as independências das repúblicas da Ásia Central. Em fevereiro de 1992, o príncipe saudita Saud Al Faisal visitou alguns países da região para estabelecer os primeiros contatos oficiais entre o reino e as nações centro-asiáticas. Apesar de inicialmente os sauditas não terem um amplo conhecimento dos benefícios que a região poderia trazer a Riad, as autoridades da Arábia Saudita observavam traços em comum entre o Reino e a Ásia Central, justificando essas relações principalmente através do Islã. Os sauditas consideram-se o elo central da comunidade muçulmana internacional, por possuírem dentro de seu território duas das cidades mais sagradas do Islã: Meca e Medina. Portanto, a Arábia Saudita utilizou essa narrativa como um enorme atrativo para estabelecer relações com a Ásia Central, integrando as populações da região a comunidade islâmica internacional (AL-KATHLAN, 2000).

A primeira década de relações entre a Arábia Saudita e os países da Ásia Central não obteve muitos êxitos. O que explica esse menor engajamento é o contexto regional de ambas as partes durante esse período. Os sauditas - e os demais países da Península Arábica - possuíam grandes desafios regionais provenientes da Guerra

do Golfo¹⁷, encerrada em 1991. Além disso, havia a questão da incerteza sobre quais os benefícios que as relações com os países centro-asiáticos poderiam ser adquiridas pelos sauditas. Já no caso da Ásia Central, até 1997 havia enorme preocupação e esforços para conter a Guerra Civil Tajique. Também se pode citar o cuidado que os países da região tinham para não vincular suas políticas externas a nenhum Estado estrangeiro, já que naquele momento as nações da Ásia Central ainda buscavam formular uma diplomacia própria e independente (AL-KATHLAN, 2000).

Apesar do início das relações entre Ásia Central e sauditas ter sido modesto, os países centro-asiáticos reconheceram a importância e os benefícios que o aprofundamento dessas relações poderia trazer. Para os centro-asiáticos, os sauditas eram os mais capazes de satisfazerem as necessidades tecnológicas e de investimentos que a Ásia Central precisava. A Arábia Saudita acreditava que os países da região poderiam ser um grande local para a venda de mercadorias e que a disponibilidade de recursos naturais em países como o Cazaquistão tornava a Ásia Central uma excelente região para direcionar investimentos (ISSALIYEVA ET AL, 2018).

A partir dos anos 2000 as relações entre a Arábia Saudita e os cinco países da Ásia Central atingiram patamares mais elevados. Com a mudança da ordem mundial após a Guerra ao Terror - período em que a Ásia Central era uma região chave para o conflito - o foco da Arábia Saudita na região passou a ser majoritariamente comercial. Vale destacar que a Ásia Central localiza-se na histórica Rota da Seda, e representa uma grande oportunidade para estabelecer mercados, além de possuir um ótimo potencial econômico. A região, assim como Riad e os demais países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), também procura diversificar sua economia e, portanto,

¹⁷ O conflito entre Iraque e Kuwait ocorreu entre 1990 e 1991, e teve início após tropas iraquianas invadirem o território kuwaitiano. Houve grande mobilização dos países do Golfo - o que inclui a Arábia Saudita - para defender o Kuwait, bem como ajuda de uma coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos. O apoio ao Kuwait foi tanto militar quanto financeiro, e o sucesso da operação - a expulsão das tropas iraquiana do território kuwaitiano - teve grandes custos para o lado vencedor.

está aberta a investimentos, algo que a Arábia Saudita possui plena capacidade de realizar, principalmente, através do Fundo Saudita para Investimentos (SFD).

Entre os projetos de destaque que o Fundo Saudita está disposto a investir, destaca-se o gasoduto TAPI. O projeto é fundamental para o escoamento do gás natural do Turcomenistão e um dos problemas que os turcomenos enfrentam para a construção do gasoduto é justamente a falta de um financiamento, fator que a Arábia Saudita está disposta a solucionar. Como já mencionado, o projeto busca unir o gás turcomeno ao sul do continente asiático, região na qual a Arábia Saudita também possui interesse em manter boas relações. Portanto, pode-se destacar como principal interesse saudita na construção do TAPI, a gratidão política tanto em relação ao Turcomenistão quanto aos países do Sul da Ásia, razões que motivam os sauditas a financiar o projeto (DALY, 2018).

Os sauditas também procuram cooperar no setor energético com o Cazaquistão, país que desfruta de reservas de petróleo no Mar Cáspio. No entanto, há um certo receio nessas relações uma vez que não é de interesse saudita fortalecer a altos níveis a produção de petróleo em um país que pode vir a ser seu concorrente na exportação dessa matriz energética. Mesmo assim, a Arábia Saudita já realizou diversos investimentos em solo cazaque. Obras como os prédios do Senado do Parlamento e do Centro Cardiológico de Nursultan, a rodovia Osakarovka-Vishnevka e a mesquita de Petropavlovsk contaram com financiamentos sauditas (CAZAQUISTÃO, 2017).

O Tajiquistão também possui boas relações com a Arábia Saudita, que se intensificaram na última década. Dushanbe e Riad possuem acordos em diversas áreas como economia, comércio, investimento, esportes e tecnologia. Desde 2002 o Fundo Saudita também realizou diversos financiamentos em território tajique, com destaque aos cerca de 30 milhões de dólares destinados a desenvolvimento da saúde e da educação, além da construção de estradas. A inserção saudita no Tajiquistão foi beneficiada após a deterioração das relações entre Teerã e Dushanbe em 2013, que

permitiu maior foco nas relações com a Arábia Saudita por parte dos tadjiques. (SAKHIR, 2017).

Em relação ao Uzbequistão, desde 1992 os países estão cooperando nas esferas política, econômico-comercial, tecnológica e cultural-humanitária. A Arábia Saudita vê um bom potencial nas relações com o país por conta de um histórico em comum, uma vez que existem comunidades uzbeques vivendo em território saudita. Além disso, o Uzbequistão possui uma imensa população jovem - a maior da região centro-asiática - que é bastante instruída, representando oportunidade de mão de obra qualificada para países de fora da Ásia Central. Sauditas e Uzbeques possuem problemas semelhantes decorrentes de suas geografias, que podem servir para cooperação conjunta. De acordo com Kalra e Saxena (2009):

O Uzbequistão e a Arábia Saudita estão geograficamente localizados para fazer uso de recursos de energia renovável, como energia solar e energia eólica, que podem ser usadas para consumo interno e para exportação. A alta conquista técnica nessas áreas no Uzbequistão traz à mesa um enorme potencial de investimento da Arábia Saudita para explorar essas tecnologias (KALRA & SAXENA, 2009, p.14, TRADUÇÃO NOSSA).

Além da cooperação relacionada a energia, a Arábia Saudita também possui interesse na indústria têxtil uzbeque. Em 2019, os países conversaram sobre um possível acordo que incluiria a Corporação da Arábia Saudita na implementação de projetos de investimento conjunto na indústria têxtil no Uzbequistão. Após as conversas, a Arábia Saudita afirmou sua vontade implementar um plano de investimento no país, para estabelecer a fabricação de têxteis finalizados (KERIMKHANOV, 2019).

4.3 A MOBILIZAÇÃO DO DISCURSO WAHABITA PARA A ÁSIA CENTRAL

A influência saudita na disseminação do Islã na Ásia Central se mostrava presente antes mesmo do colapso soviético. Como já mencionado neste trabalho, na

década de 1980 já era possível observar o aumento na propagação e interesse do Islã na região, pois nesse período diferentes ideologias foram capazes de adentrar os países centro-asiáticos, devido à política religiosa mais tolerante da União Soviética. A Arábia Saudita foi um dos países que buscaram disseminar o Islã na região, bem como sua vertente wahabita. Já existiam contatos entre os povos da Ásia Central e a ideologia saudita, uma vez que muitos cidadãos centro-asiáticos participavam do Hajj, a peregrinação até as cidades sagradas do islamismo. Ao fim dessa década, os sauditas financiaram a construção de mesquitas e distribuíram gratuitamente várias cópias do Alcorão na Ásia Central (NAUMKIN, 2005).

Ainda que o Islã tenha resistido na Ásia Central, mesmo após a independência de todos os países a religião não se infiltrou dentro de nenhum governo da região. Houve uma rejeição do Islã político e uma tendência ao secularismo imediato por parte de todos os governantes das nações centro-asiáticas. Apesar da religião em comum entre a Arábia Saudita e a Ásia Central - incluindo o mesmo ramo do islã, o sunismo - ela significava apenas um fator social em comum, que facilitava o entendimento entre sauditas e centro-asiáticos. No entanto, diferente do reino, que se orgulha de seguir as leis da *sharia*, a Ásia Central manteve-se afastada da ideia de unir a política com a religião (KHALID, 2007).

O wahabismo foi utilizado pela União Soviética do período Gorbachev para designar toda e qualquer expressão do Islã que não fosse a tradicional, independentemente de ela seguir os princípios de Al-Wahhab ou não. A expressão “wahabi” serviu para que oponentes do Islã tradicional designassem os reformistas, tornando essa narrativa uma ferramenta de denúncia por parte dos secularistas da região. A utilização desse termo para referir-se a adversários repulsivos popularizou-se nos anos seguintes as independências das repúblicas centro-asiáticas. A década de 1990 foi marcada pela ascensão de grupos islâmicos radicais que buscavam tomar o poder na Ásia Central, o que acabou impulsionando membros do governo a

designarem seus opositores fundamentalistas como “Wahabitas”¹⁸, fossem eles adeptos a ideologia wahabi ou não (KHALID, 2007).

Em toda a Ásia Central, tanto os governos locais quanto a população e a mídia ligam o wahabismo como um resultado da influência saudita. A Arábia Saudita dispõe de amplos recursos financeiros devido a suas receitas do petróleo, o que possibilita Riad a fazer diversos investimentos e ampliar negócios nos países da Ásia Central, o que de fato é realizado pelos sauditas. No entanto, toda e qualquer ação de financiamento do reino relacionada a atores locais wahabitas é vista com bastante suspeita pelas repúblicas centro-asiáticas, motivo que explica o porquê desse patrocínio ser bastante incomum. Em países como o Cazaquistão, os wahabitas são vistos como “fundamentalistas”, “terroristas” e que buscam fazer da República Cazaque, que é secular, uma teocracia islâmica (BIARD, 2019). As lideranças do MIU também possuíam inspiração wahabita: fundadores do grupo fundamentalista uzbeque, Tahir Yuldashev e Juma Namangani estiveram na Arábia Saudita, tendo suas opiniões moldadas após extensas viagens ao país (BARAN ET AL, 2006)

Em outros países como o Tadjiquistão, a maioria da população é adepta a escola sunita Hanafi, uma vertente moderada e que difere bastante do wahabismo. Em 2009, a rejeição aos ensinamentos wahabis passou para um outro patamar, o de proibição, uma vez que o wahabismo foi banido do país. Através de uma decisão da Suprema Corte do Tadjiquistão, as mesquitas Salafistas foram proibidas em todo o território nacional. Além disso, a República Tadjique acrescentou os salafistas e wahabitas a uma lista de extremistas que a partir daquele momento encontravam-se banidos do Tadjiquistão (REFERÊNCIA). Já no Quirguistão, o wahabismo também contrasta com a tradição do islã praticado no país. Por exemplo, os wahabitas locais acreditam que o Quirguistão deveria adotar nomes árabes. Mas o exemplo que mais difere da realidade atual da República Quirguiz é exclusão das mulheres da vida pública, algo

¹⁸ Khalid (2007) ilustra essas acusações no caso de Ahad Barnoyev. Em 1999, Barnoyev, que era imã em uma mesquita no Uzbequistão, foi preso por permitir que “wahabis” participassem de atividades em sua mesquita. A polícia afirmou ter encontrado panfletos e materiais em sua casa que estimulavam o wahabismo e que Barnoyev era o líder de um grupo de wahabitas. Tais acusações levaram o religioso a ser condenado a 18 anos de prisão (KHALID, 2007).

que os wahabitas também defendem, fato comum na Arábia Saudita. Isso é totalmente contra o elevado papel que o sexo feminino obteve durante o período da União Soviética, o que dificulta a inserção do wahabismo no Quirguistão (ZENN & KUEHNAST, 2014).

Ainda que logo após a independência dos países da da Ásia Central boa parte dos islamitas locais se identificassem bem mais com o wahabismo saudita do que com o xiismo do Irã, os fatores discutidos anteriormente mostram que a mobilização do discurso wahabita por parte da Arábia Saudita não se mostra muito eficiente para expandir sua política externa para a Ásia Central. Isso se dá, principalmente, devido à natureza secular que as repúblicas centro-asiáticas adotaram logo após suas respectivas independências. No entanto, isso não impediu os sauditas de expandirem-se até a região. Vale destacar que todos os cinco países da região são adeptos ao Islã sunita, o mesmo da Arábia Saudita, e que essa convergência, ainda que não tenha levado o islã para dentro dos governos da Ásia Central, serviu como um importante fator comum para o estabelecimento de relações. Os sauditas muitas vezes evitam identificar-se como “wahabitas” por conta da forma pejorativa que essa palavra vem sendo utilizada desde a independência das repúblicas da Ásia Central.

5 CONCLUSÃO

A Ásia Central é visivelmente uma região bastante vantajosa para países como Irã e Arábia Saudita. A intenção dos países da região em diversificar suas respectivas economias bem como estabelecer relações com países que possam maximizar seus ganhos convergem com os objetivos de iranianos e sauditas, que procuram diversificar suas respectivas economias intensificando suas relações com a Ásia Central. A localização estratégica da região também chama a atenção não só de Irã e Arábia Saudita, mas também de outros países, por se localizar entre a Europa e o Sul da Ásia. Por não possuírem saída para o mar, os países centro-asiáticos também dependem de boas relações com seus vizinhos ao sul.

Apesar de ser um fator importante na identidade nacional iraniana, principalmente após o triunfo revolucionário de 1979, a retórica islâmica do país acaba não sendo tão eficiente quando direcionada para a Ásia Central. O islã xiita é visto com desconfiança pelas repúblicas centro-asiáticas, ainda que o Irã mobilize um discurso semelhante ao pan-islamismo. Mesmo que Teerã não tenha muito com o que se beneficiar através da narrativa islâmica xiita, o país procura através desse discurso afastar sua imagem do radicalismo islâmico, justamente presente na figura de grupos fundamentalistas islâmicos sunitas. Nesse caso, mostrando-se a Ásia Central como um país islâmico xiita, o Irã busca afastar qualquer suspeita de envolvimento com os grupos islâmicos radicais da região, que são considerados terroristas pelos países centro-asiáticos.

A República Islâmica do Irã tem uma forte ligação cultural com a região, uma vez que constituía junto com a Ásia Central o grande império persa. Celebrações culturais entre o Irã e as cinco repúblicas centro-asiáticas, como o Noruz, mostram que esses países além de possuírem um passado em comum estão dispostos a estreitar os laços culturais entre si. O idioma persa em comum entre o Irã e no Tajiquistão une ainda mais a cultura desses dois países, e Teerã - através da diplomacia cultural - estabelece com a Dushanbe as relações culturais mais amigáveis dentre todos os

países da Ásia Central, o que demonstra o quanto a identidade em comum é capaz de estreitar o vínculo entre dois países.

Ainda que seja capaz de obter benefícios nas relações com os países da Ásia Central, o Irã acaba tendo seu sucesso limitado por conta de outros atores internacionais. Isso porque Teerã está submetido a sanções internacionais por parte dos Estados Unidos, que já penalizaram o país em diversas oportunidades desde a revolução de 1979. Desde o governo de Ahmadinejad, o Irã sofre sanções por conta de seu programa nuclear. Após uma trégua com PACG, Teerã novamente sofre as consequências após a saída dos Estados Unidos do acordo. Ainda que a Ásia Central seja uma boa alternativa para o país tentar superar o isolamento internacional, suas atividades na região tornam-se mais limitadas por conta das sanções econômicas impostas contra o Irã.

A Arábia Saudita é também conhecida por propagar a sua visão wahabita em várias regiões do mundo, sendo inclusive muitas vezes acusada de financiar grupos fundamentalistas que demonstram sua simpatia a doutrina. No entanto, o wahabismo é o que forma a identidade nacional dos sauditas, que sempre buscaram diferenciar-se de seus vizinhos árabes, por considerarem qualquer convergência identitária como uma ameaça a existência de seu país. A Arábia Saudita é governada pela Família al-Saud, que sempre propagou o wahabismo como forma de legitimar a identidade do Estado. Apenas a intensidade dessa disseminação wahabita variou ao longo da história saudita. O foco no wahabismo intensificou-se após a Primavera Árabe e a percepção de ameaça que o reino teve em relação a ascensão da Irmandade Muçulmana, outro grupo sunita, no Egito.

Ainda que essa propagação seja característica de Riad, a mobilização do discurso wahabita na Ásia Central acabou se mostrando uma opção não muito favorável para a Arábia Saudita. Como visto neste trabalho, o termo “wahabi” era utilizado de maneira pejorativa nas repúblicas centro-asiáticas antes mesmo da queda da União Soviética, para designar muçulmanos considerados problemáticos. Com a independências dos países da Ásia Central, ainda que muitos cidadãos locais se

identificassem com a ideologia wahabi, o islã político acabou ficando fora de questão, o que contribuiu para o surgimento de grupos fundamentalistas islâmicos que buscavam derrubar os governos da região e implantar novos Estados que seguissem a *sharia*. Esses grupos radicais possuíam ideais wahabitas, como por exemplo o MIU, o que causou uma desconfiança seguida de repressão ainda maior por parte dos países da região em relação a ideologia wahabi. O secularismo adotado pelos Estados da Ásia Central também fazia com que os países da região suspeitassem de qualquer financiamento saudita a atores wahabis. O despreço dos países centro-asiáticos a grupos salafistas e wahabitas foram ilustrados após o banimento desses grupos no Tajiquistão, em 2009.

Apesar da não simpatia com o wahabismo, isso não impediu a Arábia Saudita de possuir boas relações com os países da Ásia Central. A procura dos países da região por parceiros que pudessem financiar projetos de infraestrutura dentro de seus territórios abriu uma grande oportunidade para Riad, que possui amplos recursos para tais investimentos. As boas relações também se devem a intenção da Arábia Saudita em diversificar sua economia, observando a Ásia Central como um mercado potencial para seus produtos. Os sauditas aproveitam toda e qualquer oportunidade para reforçar os laços com os países da região, visto no estreitamento de relações entre sauditas e tadjiques, algo que ocorreu após o Tajiquistão sofrer uma deterioração em suas relações com o Irã.

Por fim, pôde-se observar a capacidade - ou não - que as identidades possuem para direcionar a política externa de um país. O Irã, com um histórico cultural e linguístico muito mais ligado a Ásia Central consegue mobilizar melhor sua identidade nacional para estabelecer boas relações com a região, enquanto a Arábia Saudita, por conta da característica secular dos países centro-asiáticos, possui maior dificuldade para mobilizar sua narrativa.

REFERÊNCIAS

AL-RASHEED, Madawi. **A History of Saudi Arabia**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

AL-RASHEED, Madawi. **Sectarianism as Counter-Revolution: Saudi Responses to the Arab Spring**. Studies In Ethnicity And Nationalism, [s.l.], v. 11, n. 3, p.513-526, dez. 2011.

AL-TORAIFI, Adel. **"Understanding the Role of State Identity in Foreign Policy Decision-Making: The Rise of Saudi-Iranian Rapprochement (1997-2009)"**. Tese (doutorado), The London School of Economics and Political Science (LSE), 2012.

AKBARZADEH, Shahram; BARRY, James. **State Identity in Iranian Foreign Policy**. British Journal of Middle Eastern Studies, 2016

ALLISON, Roy; JONSON, Lena. Central Asian security: internal and external dynamics. In: ALLISON, Roy; JONSON, Lena (eds.). **Central Asian security: the new international context**. London: Royal Institute of International Affairs, 2001.

ANSARI, Ali. **A History of Modern Iran Since 1921: The Pahlavis and After**. Nova Iorque, Longman, 2003

ARJOMAND, S. A. **After Khomeini: Iran Under His Successors**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009

AZADI, Somayeh. **Performance Analysis of Cultural Diplomacy of Iran in Central Asia**. International Journal of Humanities and Cultural Studies. vol 2, 2015. 2015.

Disponível

em

:<<https://pdfs.semanticscholar.org/68b9/45fa93991d4fe3fba67d088ad86842e83dac.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

AZHIBEN, Sogdiana. **The Andijan Events: Radical Islam and Conflict in Uzbekistan**. Conflict and communication online, Vol 7., No. 1, 2008. Disponível em: <http://www.cco.regener-online.de/2008_1/pdf/azhiben.pdf>. Acesso: 03 de setembro de 2019.

BIARD, Aurélie. **We pray for our president: Saudi-inspired loyalist Salafism and the business sector in Kazakhstan**. Georgetown University, 2019. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/research/we-pray-for-our-president-saudi-inspired-loyalist-salfism-and-the-business-sector-in-kazakhstan/>>. Acesso em: 03 de nov de 2019.

BOHR, Annette. **Turkmenistan: Power, Politics and Petro-Authoritarianism**. Russia and Eurasia Programme, The Royal Institute of International Affairs, 2016.

BORGES, Mateus. **A Construção da Ameaça Iraniana na Arábia Saudita e no Bahrein: Identidade e Segurança**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CAZAQUISTÃO. Minister of Foreign Affairs of Kazakhstan Abdrakhmanov Holds talks in Riyadh. **The Ministry of Foreign Affairs Republic of Kazakhstan**, 2017. Disponível em: <<http://www.mfa.kz/en/content-view/ministr-inostrannyh-del-kazahstana-k-abdrahmanov-provel-peregovory-v-er-riade>>. Acesso em: 01 de nov. 2019.

COLLINS, Kathleen A. **Clan Politics and Regime Transition in Central Asia**. Cambridge University Press, February 2006.

COMMINS, David. **The Wahhabi Mission and Saudi Arabia**. Londres e Nova Iorque: I.B. Tauris, 2006.

CORNELL, Svante. Where Did Islamic Radicalization Go? In: MIGACHEVA, Katya; FREDERICK, Bryan. **Religion, Conflict, and Stability in the Former Soviet Union**. RAND Corporation, Santa Mônica, 2018

CORNELL, SVANTE; ZENN, Jacob. **Religion and Secular State in Uzbekistan**. Central Asia-Caucasus Institute Silk Road Studies Program, 2018.

DABASHI, H. **Iran: a people interrupted**. Nova Iorque: The New Press, 2007.

DALY, John. **Will Saudi Arabia Invest in Turkmen energy projects?** The Arab Weekly, Londres, 12 de set. de 2018. Disponível em: <<https://thearabweekly.com/will-saudi-arabia-invest-turkmen-energy-projects>>. Acesso em: 27 out. de 2019

DARWICH, May. **The Ontological (In)security of Similarity: Wahhabism versus Islamism in Saudi Foreign Policy**. Giga Working Papers, Hamburgo, v. 263, p.1-26, dez. 2014.

DENOON, David. **The Strategic Significance of Central Asia**. The World Financial Review, Nova Iorque, 04 de fev. de 2016. Disponível em: <<https://worldfinancialreview.com/the-strategic-significance-of-central-asia/>>. Acesso em: 02 de outubro de 2019

DOWNLING, Malcom & WIGNARAJA, Ganeshan. **Central Asia's Economy: Mapping Future Prospects to 2015**. Washington DC & Stockholm: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2006. Disponível em: <<http://www.silkroadstudies.org/new/docs/Silkroadpapers/0607Wignaraja.pdf>>. Acesso em: 28 de setembro de 2019.

DUARTE, Raoni Mauricio. **Ásia Central e Cáucaso: As Relações com o Brasil sob a Égide do Novo Grande Jogo do Século XXI**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

EPKENHANS, Tim. **Origins of the Civil War in Tajikistan: Nationalism, Islamism, and Violent Conflict in Post-Soviet Space**. Lexington Books, 2016

ELEGIL E, STONE L, "Iran's interests in Central Asia: A Contemporary Assessment," Central Asian Survey, vol. 20, n° 3, 2001

ENGVALL, JOHAN. **Kyrgystan and Tajikistan: Next in Line**, 2014. Disponível em: <<https://www.silkroadstudies.org/resources/pdf/publications/9-1409GrandStrategy-Engvall.pdf>>. Acesso em: 03 de outubro de 2019

ESENAMANOVA, Nurgul. **Kyrgyzstan's Islamic reference points: the role of foreign religious trends**. Central Asia and the Caucasus. Vol 16, 2015.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. et al. **Os países centro-asiáticos e as grandes potências mundiais: um estudo das relações exteriores desde as suas independências**. In: Revista Interação. Santa Maria: Núcleo PRISMA, vol.1, n.1, 2010.

HASAN-NIA, M., ALBUQABISH, S. "**Historical context of cultural relations between Iran and Central Asia after the collapse of the USSR**", Proceedings of the Second Conference of Reviewing relations between Iran and the Central Asian countries; P. 110, 114. 2008

HOUGHTON, D.P. **Reinvigorating the study of foreign Policy decision Making: toward a Constructivist approach**. Foreign Policy Analysis, 3(1) (2007), pp. 24–45, p. 25.

ISSALIYEVA, Axamal; OSPANOVA, Aigerim; ALIBEKULY, Akzhigit. **Kazakhstan and GCC: Islamic component in joint collaboration**. Universidad del Zulia, vol. 34, no. 85-2, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/310/31057290009/html/index.html>>. Acesso em: 25 Out. 2019.

KAINARAZOVA, Cholpon. **New trend in Kyrgyz foreign policy**. International Alatau University in Kyrgyzstan, 2018. Disponível em: <<https://mpa.ub.uni-muenchen.de/86491/>>. Acesso em: 28 de setembro de 2019

KALRA, Prajakti; SAXENA, Siddarth. **Uzbekistan and GCC: Historical and Contemporary Dynamics between Central Asia and the Persian/Arab Gulf Region**. 2009

KATZENSTEIN, Peter J. **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996. p. 1-32.

KHALID, Adeeb. **Islam After Communism: Religion and Politics in Central Asia**. Los Angeles: University of California Press, 2007. ISBN 0-520-24927-5.

KHATLAN, Saleh. **Saudi Foreign Policy Towards Central Asia**. Journal of King Abdulaziz University, 2000

KASSEN, Maxat. **Understanding foreign policy strategies of Kazakhstan: a case study of the landlocked and transcontinental country**. Cambridge Review of International, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09557571.2018.1520809>> Acesso em: 29 de setembro de 2019.

KERIMKHANOV, Abdul. **Uzbekistan, Saudi Arabia intend to launch joint production of textiles**. Azernews, 04 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://www.azernews.az/region/145085.html>>. Acesso em: 29 de out. 2019.

KHANNA, Parag. **O Segundo Mundo – Impérios e Influência na Nova Ordem Global**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

LACEY, R. **Inside the Kingdom: Kings, Clerics, Modernists, Terrorists and the Struggle for Saudi Arabia**. London: Penguin Books, 2009.

LEWIS, Mark Edward. **China's Cosmopolitan Empire: The Tang Dynasty**. Harvard University Press, 2009.

MALONEY, Suzanne. Identity and Change in Iran's Foreign Policy, in TELHAMI, Shibley; BARNETT, Michael. **Identity and Foreign Policy in the Middle East**, London: Cornell UP. p. 88-116. 2012.

MAMMADOV, Rauf. **The UAE leads Gulf outreach to Central Asia.** Middle East Institute, Washington D.C.; Abr. 2019. Disponível em: <<https://www.mei.edu/publications/uae-leads-gulf-outreach-central-asia>>. Acesso: 01 de outubro de 2019.

MENON, Rajan. **Central Asia's Foreign Policy and Security Challenges: Implications for the United States.** The National Bureau of Asia Research. Vol. 6, No. 4, 1995. Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/144608/vol6no4.pdf>> Acesso em: 01 de outubro de 2019

MOIN, Baqer. **Khomeini: The Life of Ayatollah.** Londres: I.B. Tauris, 2000.

MORAES ROBERTO, Willian. **A Política Externa do Irã e o Impacto no Conflito na Síria: Alterações Geopolíticas Regionais e a Estratégia Iraniana.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MUZALEVSKY, Roman. **Nazarbayev's visit to China reveals Kazakstan's balancing strategy.** Central Asia-Caucasus Analyst. Washington D.C.; Stockholm, Mar. 2011. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5505>>. Acesso: 30 de setembro de 2019.

NAUMKIN, Vitaliĭ. **Radical Islam in Central Asia: Between Pen and Rifle.** Rowman & Littlefield, 2005

NEVO, Joseph. **Religion and National Identity in Saudi Arabia**. Middle Eastern Studies, [s.l.], v. 34, n. 3, p.34-53, jul. 1998.

OMELICHEVA, Mariya. **Democracy in Central Asia**. University Press of Kentucky, 2015.

POLLACK, Kenneth. **The Persian Puzzle: the conflict between Iran and America**. Nova York: Random House Trade Paperbacks, 2005

PUTZ, Catherine. **Tajikistan Tilts Back Toward Iran**. Tóquio, 01 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2019/07/tajikistan-tilts-back-toward-iran/>>. Acesso em: 21 de out. 2019.

ROUDIK, Peter. **The History of the Central Asian Republics** (The Greenwood Histories of the Modern Nations). Greenwood Press, 2007.

SERAPIÃO, Lia. **Cinema, Identidade e Política Externa: até que ponto a realidade do Irã está representada nos filmes do diretor Asghar Farhadi?** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais). Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

SAKHIR, Mohammad. **Iran-Tajikistan Relations Internal and External Challenges**. Journal for Iranian Studies, 2017.

SIR, Jan. **Turkmen Leader visits Islamabad and Beijing to boost diversification of energy export**. Central Asia-Causasus Analyst, Washington D.C.; Stockholm, Nov. 2011. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5676>>. Acesso: 27 de setembro de 2019.

SOUCEK, Svat. **A History of Inner Asia.**Cambrigde. University Press. 2000.

SPOHR, Alexandre. **A Inserção Internacional do Golfo Pérsico: os casos Saudita e Iraniano.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul,Porto Alegre, 2013.

TOLIPOV, Farkhod. **CSTO Minus Uzbekistan: implications for collective security in Central Asia.** Central Asia-Caucasus Analyst, Washington D.C.; Stockholm, Aug. 2012. Disponível em: <<http://cacianalyts.org/?q=node;5811>>. Acesso: 29 de setembro de 2019.

TOLIPOV, Farkhod. **Uzbekistan-Kyrgystan relations after June 2010 imply a continued lack of regionalism.** Central Asia-Caucasus Analyst, Washington D.C.; Stockholm, Aug. 2011. Disponível em: <<http://cacianalyst.org/?q=node/5599>>. Acesso: 29 de setembro de 2019.

UNITED NATIONS, **Nowruz Day 21 March. 2019.** Disponível em: <<https://www.un.org/en/events/nowruzday/>>. Acesso em: 01 de nov. 2019.

Uzbekistan, Tajikistan sign 27 accords. **Tashkent Times**, Tashkent, 10 de mar. de 2018. Disponível em: <<http://tashkenttimes.uz/national/2134-uzbekistan-tajikistan-sign-27-accords>>. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

WASTNIDGE, Edward. **Central Asia in the Iranian geopolitical imagination.** Cambridge Journal of Eurasian Studies, 2017.

WASTNIDGE, Edward. **Pragmatic Politics: Iran, Central Asia and Cultural Foreign Policy.** Central Asia & the Caucasus, vol. 15 (4), 2014.

WENDT, Alexander. **Anarchy is What states Make of it: the social Construction of Power Politics**. International Organisation, 46(2) (1992), pp. 391–425, at p. 398.

WIKIPEDIA. **Map of the Central Asia**. United States of America, 31 Jan. 2011.

Disponível em:
<<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:SovietCentralAsia1922.svg>>. Acesso em: 08 set. 2019

YEMELIANOVA, Galina. Radical Islam in the Former Soviet Union. IN: YEMELIANOVA, Galina. **Radical Islam in the Former Soviet Union**. Routledge contemporary Russia and Eastern Europe series, Nova Iorque, 2010.

ZENN, Jacob; Kuehnast, Kathleen. **Preventing Violent Extremism in Kyrgyzstan**. Special Report, 2014. Disponível em:<https://www.usip.org/sites/default/files/SR355_Preventing-Violent-Extremism-in-Kyrgyzstan.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.